

WALDETE ALVES DE PAULA SALINEIRO

**ACESSIBILIDADE ÀS EDIFICAÇÕES DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO CULTURAL TOMBADO NA ESFERA
ESTADUAL EM CAMPO GRANDE MS**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO / DOUTORADO
CAMPO GRANDE - MS
2018**

WALDETE ALVES DE PAULA SALINEIRO

**ACESSIBILIDADE AS EDIFICAÇÕES DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO CULTURAL TOMBADO NA ESFERA
ESTADUAL EM CAMPO GRANDE MS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local Mestrado/Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local, sob a orientação da Professora Doutora Maria Augusta de Castilho.

Linha de Pesquisa: Linha 1 - Cultura, Identidade e Diversidade na Dinâmica Territorial

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO/DOCTORADO
CAMPO GRANDE - MS
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S165a Salineiro, Waldete Alves de Paula

Acessibilidade às edificações do patrimônio histórico
cultural tombado na esfera estadual em Campo Grande

MS / Waldete Alves de Paula Salineiro; orientadora
Maria Augusta de Castilho.-- 2018.

99 f.: il.; 30 cm+ anexos

Dissertação (mestrado em desenvolvimento local) -
Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2018

1. Patrimônio histórico cultural. 2. Integração cultural.
3. Acessibilidade. I. Castilho, Maria Augusta de.
II. Título.

CDD: 363.69098171

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: Acessibilidade às Edificações do Patrimônio Histórico Cultural Tombado na Esfera Estadual em Campo Grande MS.

Área de concentração: Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidades

Linha de pesquisa: Cultura, Identidade e Diversidade na Dinâmica Territorial

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Exame de Defesa em: 04/12/2019.

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Maria Augusta de Castilho
Universidade Católica Dom Bosco

Profª Drª Dolores Pereira Ribeiro Coutinho
Universidade Católica Dom Bosco

Prof. Dr. Fábio Germano da Silva
Secretaria de Estado de Cultura, Turismo,
Empreendedorismo e Inovação - MS

Dedico este trabalho às pessoas mais importantes em minha vida: minha mãe, pelo exemplo de vida que é; meu pai, o mais generoso de todos os pais; meu grande amor, Emerson, por estar ao meu lado nos melhores e piores momentos de minha vida; meus filhos Gabriela e Guilherme, meus tesouros! AMO MUITO VOCÊS!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela minha vida e pela paz nos momentos em que me encontrei incapaz de prosseguir.

Quero agradecer a todos aqueles que confiaram em mim desde sempre. Esta dissertação não poderia chegar ao “bom porto” sem o precioso apoio de várias pessoas.

Quero agradecer à minha orientadora, professora Dra. Maria Augusta de Castilho, por toda a paciência, empenho e sentido prático com que sempre me orientou neste trabalho e em todas as atividades que realizei durante as disciplinas aplicadas no Mestrado de Desenvolvimento Local. Muito obrigada por me ter corrigido, quando necessário, sem nunca me desmotivar.

Aos demais professores, à coordenação e à secretária do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local Mestrado/Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco.

Desejo igualmente agradecer a todos os meus colegas do Mestrado e do Grupo de Pesquisa em Cultura.

À minha família, maior tesouro que Deus pôs em meu caminho, que abençoa minha vida todos os dias com sua presença, força e alegria.

Por último, quero agradecer aos amigos pelo apoio incondicional que me deram ao longo da elaboração deste trabalho.

Com vocês, queridos, divido a alegria desta experiência.

RESUMO

Esta pesquisa analisou edificações do Patrimônio Cultural Tombado em Campo Grande/MS, levando em conta os aspectos da preservação desses locais e a questão de adaptação para a acessibilidade, com base no histórico e no valor cultural. Analisou-se, também, a dificuldade que as pessoas com deficiência enfrentam para visitar os locais em que existem patrimônios. O estudo foi desenvolvido tendo como base teórica leituras, análise e interpretação de textos pesquisados em livros, jornais, revistas científicas, documentos e imagens. Também se realizou observações *in loco* dos patrimônios históricos em Campo Grande contemplados na dissertação. A pesquisa de campo incluiu a aplicação de questionários e a realização de entrevistas estruturadas a usuários e administradores dos locais. Para que haja a inclusão de pessoas com deficiência, são necessárias mudanças culturais e de atitude, além de ações de políticas públicas, uma vez que é obrigação do Estado garantir esse direito por meio de sua implementação consciente e eficiente. A maioria dos edifícios tombados foram construídos sem considerar as questões de sua acessibilidade espacial. Essa situação perdura, apesar da aprovação recente de novas leis e normas técnicas, devido tanto à complexidade do problema quanto à dificuldade de acesso ao conhecimento necessário para a sua solução. Assim, há necessidade de se promoverem mudanças no ambiente físico que visem a melhores condições de acessibilidade espacial e permitam que todas as pessoas realizem atividades desejadas. Almeja-se que a discussão contribua para tornar esses espaços acessíveis à população, permitindo que atividades relacionadas à cultura, lazer, turismo, educação, entre outros, de fato façam parte da vivência sociocultural de mais sujeitos, auxiliando-os a se sentirem parte integrante de uma mesma nação, mesma cultura.

Palavras-chave: Patrimônio histórico-cultural. Acessibilidade física. Integração cultural. Desenvolvimento Local.

ABSTRACT

This research present study analyzed the buildings of the Cultural Patrimony listed in Campo Grande-MS, taking into account the aspects of these locations' preservation and the issue of accessibility adaptation, based on the history and cultural value. Also, examined the difficulties that people with disabilities face to visit places where there is patrimony. The study was developed based on the theoretical basis: reading, analysis and interpretation of texts searched in books, newspapers, scientific journals, documents and images. Direct and indirect observation in the local historical heritage in Campo Grande also consisted of a methodological resource. The fieldwork included the application of questionnaires and also the performance of structured interviews with users and administrators of the sites. In order to allow the inclusion of persons with disabilities, cultural and attitude changes are necessary, as well as public policy actions, since it is the State's obligation to guarantee this right through its conscious and efficient implementation. Most of the listed buildings were built, without considering the issues of their space accessibility. This situation persists in spite of the recent approval of new laws and technical norms, due to both the complexity of the problem and the difficulty of access to the knowledge necessary for its solution. Thus, it is necessary to promote changes in the physical environment in order to achieve better conditions of space accessibility and to enable every person to perform desired activities. It is hoped that the discussion contributes to make these spaces accessible to the population, allowing activities related to culture, leisure, tourism, education, among others, to be part of the socio-cultural experience of more subjects, helping them to feel part member of the same nation, same culture.

Key words: Historical cultural heritage. Physical accessibility. Cultural integration. Local Development.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1	Mapa das Regiões Urbanas de Campo Grande MS	35
Imagem 2	Fachada Quartel General da 9ª RM - Av. Afonso Pena	37
Imagem 3	Busto - Luís Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres	38
Imagem 4	Escada em madeira	39
Imagem 5	Elevador acessível	39
Imagem 6	Lustre restaurado	40
Imagem 7	Antiga sala do comandante	40
Imagem 8	Exposição sobre a história do Comando Militar do Oeste	41
Imagem 9	Calçada com piso tátil - Av. Afonso Pena	42
Imagem 10	Rampa de acesso a entrada principal	42
Imagem 11	Rampas acessíveis a todas às salas 1	43
Imagem 12	Rampas acessíveis a todas às salas 2	43
Imagem 13	Sanitário acessível	44
Imagem 14	Vaga de estacionamento universal	44
Imagem 15	Fachada Casa do Artesão - Av. Calógeras esquina com Av. Afonso Pena	45
Imagem 16	Perspectiva da vista superior da Casa do Artesão	47
Imagem 17	Degraus no acesso principal e rampa na calçada em desacordo com a norma - Av. Afonso Pena	48
Imagem 18	Acesso ao mezanino	49
Imagem 19	Sanitário em desacordo com a NBR 9050	49
Imagem 20	Exposição artesanatos	49
Imagem 21	Balcão de atendimento	50
Imagem 22	Fachada Igreja São Benedito - Tia Eva	52
Imagem 23	Cruz que representa o cemitério - Tia Eva	53
Imagem 24	Busto em homenagem a Tia Eva	53
Imagem 25	Acesso à igreja com degraus	55
Imagem 26	Calçada externa com vários degraus	55
Imagem 27	Degrau para acesso ao altar	56

Imagem 28	Acesso ao centro comunitário com rampa	56
Imagem 29	Fachada principal rua: Marechal Cândido Mariano Rondon 1	58
Imagem 30	Fachada principal rua: Marechal Cândido Mariano Rondon 2	59
Imagem 31	Croqui de Oscar Niemeyer	59
Imagem 32	Vista aérea do Colégio em 1960	59
Imagem 33	Calçada externa sem rampa	60
Imagem 34	Calçada com buracos	60
Imagem 35	Acesso às salas de aulas	61
Imagem 36	Acesso à quadra de esportes	62
Imagem 37	Banheiro em desacordo com a norma	62
Imagem 38	Grelha sem proteção e bebedouro mal posicionado	62
Imagem 39	Bebedouro com altura inadequada	63
Imagem 40	Travessia com faixa de segurança elevada	64
Imagem 41	Fachada principal Av. Calógeras	65
Imagem 42	Portão de Ferro	66
Imagem 43	Detalhes da fachada principal	66
Imagem 44	Placa informativa - fachada principal	68
Imagem 45	Degraus no acesso à Loja Maçônica	69
Imagem 46	Oriente acesso ao trono	70
Imagem 47	Acesso à Loja	70
Imagem 48	Acesso lateral	70

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Idade dos respondentes	73
Gráfico 2	Local de procedência	73
Gráfico 3	Residência em Campo Grande	74
Gráfico 4	Zona da residência	75
Gráfico 5	Grau de escolaridade dos respondentes	75
Gráfico 6	Possui deficiência	76
Gráfico 7	Tipo de deficiência	76
Gráfico 8	Sabe o que é tombamento de edificações históricas	77
Gráfico 9	Patrimônio histórico tombado de Campo Grande	78
Gráfico 10	Existência de acessibilidade nos patrimônios históricos conhecidos	79
Gráfico 11	Entende a acessibilidade com um tema exclusivo das pessoas com deficiência	80
Gráfico 12	Condições das calçadas no espaço urbano dificultam a acessibilidade do pedestre	81

LISTA DE ABREVIATURAS

9ª RM	9ª Região Militar
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CMO	Comando Militar do Oeste
FCMS	Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul
FUNDAC	Fundação Municipal de Cultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
NBR 9050	Norma Técnica Brasileira pertinente a acessibilidade
NOB	Estrada de Ferro Noroeste do Brasil
PLANURB	Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano
SECTUR	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Campo Grande MS
SESC MS	Serviço Social do Comércio de Mato Grosso do Sul
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Cultura, Ciência e Educação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	MARCOS CONCEITUAIS QUE EMBASARAM A PESQUISA	16
2.1	Lugar	16
2.2	Espaço	17
2.3	Território	19
2.4	Cultura	20
2.5	Desenvolvimento Local	22
3	PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL NO CONTEXTO DA ACESSIBILIDADE	26
3.1	Acessibilidade	29
3.2	Acessibilidade x Patrimônio Histórico - Buscando um equilíbrio compatível	34
4	APRESENTAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES DE CAMPO GRANDE/MS TOMBADAS NA ESFERA ESTADUAL	36
4.1	Antigo prédio do Quartel General da 9ª Região Militar	38
4.2	Casa do Artesão	46
4.3	Igreja de São Benedito Tia Eva	52
4.4	Escola Estadual Maria Constança Barros Machado	58
4.5	Loja Maçônica "Oriente Maracaju"	66
5	DISCUSSÕES E REFLEXÕES SOBRE OS DADOS COLETADOS	73
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
	REFERÊNCIAS	86
	APÊNDICE A	92
	ANEXO A	98

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, referente à acessibilidade às edificações do patrimônio cultural tombado na esfera estadual em Campo Grande MS, analisa os aspectos da preservação do patrimônio e adaptação para a acessibilidade, a fim de se evidenciar a possibilidade de integração e a inclusão de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida na sociedade.

Além da acessibilidade foram estudadas algumas perspectivas de desenvolvimento local, objetivando uma melhoria da qualidade de vida e vivência social para pessoas com deficiências e mobilidade reduzida que dependem de livre acesso a espaços públicos.

O estudo procurou identificar a existência de acessibilidade ao patrimônio cultural tombado de Campo Grande/MS em saber se pessoas com deficiência frequentam ou não as edificações classificadas como patrimônio histórico-cultural.

Tornar efetiva a acessibilidade na área da preservação do patrimônio cultural reúne fatores totalmente distintos. Tal constatação levou à formulação de uma série de indagações, por parte dos conservadores e restauradores, sendo esta a principal: como assegurar o acesso de todos a um patrimônio arquitetônico garantindo sua plena compreensão e, ao mesmo tempo, preservar as edificações em sua autenticidade, mantendo características físicas e espaciais?

Há, portanto, um conflito entre dois direitos que, no entanto, aparentemente são incompatíveis. Como tornar os bens culturais imóveis acessíveis às pessoas com deficiência, sem que haja prejuízo aos valores históricos e culturais? Qual dos direitos seria mais importante?

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, no trabalho de obras adaptadas, utiliza a norma técnica da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT - em especial, a Norma Brasileira – NBR 9050, que define os aspectos relacionados às condições de acessibilidade no meio urbano.

Pela avaliação dos instrumentos existentes na legislação brasileira - e também na mundial - que fornecem subsídios para os profissionais, pode-se afirmar que é possível trabalhar com a adaptação a fim de promover acessibilidade.

Qualquer tipo de intervenção, nesse sentido, no patrimônio histórico cultural deverá obedecer aos critérios impostos pelo conceito da adaptação na lei, quais

sejam o de causar danos mínimos - ou nenhum - aos valores do bem e de avaliar algumas alternativas de adaptação para a acessibilidade de forma a selecionar aquela que poderá causar impacto mínimo.

A acessibilidade, em alguns casos, exige novos usos ou serviços, como a instalação de equipamentos de áudio e vídeo, elevadores, sinalização visual e tátil, entre outros.

Ressalta-se que nas edificações de caráter histórico a acessibilidade física pode atuar como agente de preservação em prédios reconhecidos como Patrimônio Histórico Cultural, oportunizando acesso, uso e apropriação cultural aos sujeitos, aumentando o interesse de maior parcela da população, promovendo sua conservação.

A pesquisa identificou se existe ou não acessibilidade a todas as pessoas que visitam um patrimônio cultural tombado em Campo Grande/MS, diagnosticando as possibilidades de conhecimento por completo às edificações pesquisadas.

O método adotado foi dedutivo, com análise sistêmica, o qual constou, inicialmente, de uma revisão bibliográfica em livros, revistas científicas; de uma pesquisa em documentos e imagens; de aplicação de questionário (Apêndice A) via internet, através do *google forms*, composto de perguntas objetivas e abertas, enviado a um grupo de 116 pessoas pelo aplicativo de *WhatsApp*, no qual se solicitava o envio para mais pessoas interessadas no tema, cujas respostas foram fornecidas *on-line*. Também foram realizadas observações *in loco*, para verificar se havia ou não formas de acessibilidade física para pessoas visitarem diversos patrimônios tombados na capital sul-mato-grossense.

A dissertação está estruturada em seis partes, a saber: esta Introdução – que apresenta a temática e sua importância para a comunidade em geral; a parte 2 – Marcos conceituais que embasaram a pesquisa – em que se apresentam conceitos de autores renomados, para um melhor entendimento do espaço onde a cultura dos patrimônios é desenvolvida. Na parte 3 – O patrimônio histórico cultural no contexto da acessibilidade –, infere-se que deve haver um equilíbrio entre a acessibilidade e os patrimônios. As edificações de Campo Grande tombadas na esfera estadual (MS) constituem a parte 4, na qual se identificam e se analisam alguns prédios tombados na Cidade Morena, na esfera estadual; na parte 5 discute-se e – se reflete sobre os dados coletados na pesquisa. Encerra-se este estudo com algumas considerações pertinentes à pesquisa, ao alcance dos objetivos, das hipóteses propostas, além de

algumas ponderações referentes à acessibilidade, aos locais onde estão instalados os patrimônios elencados no estudo.

2 MARCOS CONCEITUAIS QUE EMBASARAM A PESQUISA

Para fundamentar a presente pesquisa, várias obras de autores que tratam da temática abordada deram aporte teórico ao estudo, principalmente no tocante aos conceitos sobre lugar, espaço, território, cultura, desenvolvimento local, além dos conhecimentos acerca de patrimônio histórico cultural e acessibilidade, com vistas a nortear e contribuir para a discussão dos resultados e dos dados coletados.

2.1 Lugar

Concebe-se lugar como uma base de convivência social e um conjunto de práticas cotidianas com foco nas relações primárias, na coesão gregária e na comunhão e identificação através de identidades. É, também, uma construção constante da cultura por meio de um sistema de ações espacialmente localizadas e recriadas constantemente. “O lugar é responsável, através das ações comunicativas, pelas mais diversas manifestações de espontaneidade e da criatividade” (SANTOS, 2002, p. 322).

A autonomia local está repleta de manifestações voltadas para a melhoria de vida de seus habitantes, sendo meta indispensável para a apresentação de ações que podem desembocar em mudanças inovadoras.

No lugar - um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições - cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (SANTOS, 2002, p. 322).

Lugar se diferencia de espaço e de território apenas por uma questão conceitual, ou seja, o espaço está ligado à construção mental, o território, a uma questão de práticas e relações de poder e o lugar liga-se à questão das relações

cotidianas, trazendo a ideia de proximidade. Lugar é, pois, visto como espaço vivido com o qual se estabelecem laços afetivos.

São vários os conceitos que podem ser relacionados com o sentimento de pertença. Um dos principais é o de Topofilia, apresentado por Tuan (1980, p. 05): “Topofilia é o elo afetivo entre as pessoas e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vívido e concreto como experiência pessoal”.

Um dos aspectos mais importantes para se perceber e compreender o sentimento de pertença é relativo ao passado histórico, tendo em vista ser esse um fator relevante nos sentimentos de amor e afeto atribuídos ao lugar (TUAN, 1980).

Para Bonemaïsson (2002, p. 91), “a correspondência entre o homem e o lugar, entre uma sociedade e sua paisagem, está carregada de afetividade e exprime uma relação cultural no sentido amplo da palavra”.

No contexto do pertencimento social, desde o início do século passado há uma teoria sobre o fundamento da comunidade em laços pessoais de reconhecimento mútuo e no sentido de adesão a princípios e visões de mundo comum, que fazem com que as pessoas se sintam participantes de um território comum.

Os lugares se diferenciam devido a essas características que são geradas a partir das práticas dos indivíduos sobre uma base territorial. Cada lugar carrega em si a emoção dos agentes sociais, o sentimento de propriedade, que dão condições para a chamada força do lugar que promove a ordem interna e desperta a comunidade para o seu próprio desenvolvimento.

2.2 Espaço

Onde se pode chegar com a caracterização do Espaço? A experiência que se tem da forma e do volume dos objetos, assim como dos deslocamentos dos corpos, permite uma aproximação do que seria o conceito de espaço, por outro lado, um pré-conceito do seria dimensioná-lo. Contudo, o espaço não é concreto, não existe como uma entidade real. Todos são o espaço, que deve ser ocupado.

O Espaço aparece como produção espacial que se realiza no plano do cotidiano e aparece nas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar.

Deve-se considerar o espaço como:

[...] formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerado isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada de objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico (SANTOS, 2002, p. 63).

O autor apresenta, ainda, outros conceitos de espaço, entretanto, consoante os objetivos desta pesquisa, destaca-se este: “[...] o espaço, por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais.” (SANTOS, 2002, p. 95-6). Souza (1995, p. 3), por sua vez, considera o “espaço como uma atividade humana, desde o espaço arquitetônico, numa escala mais baixa, até a escala de toda a superfície da terra”.

O ser humano, como ser social, precisa de um espaço para existir e se relacionar. Ele cria um modo seu de agir, ver, perceber e lidar com a vida e os elementos por ele produzidos ou não. Para conseguir se locomover nesse espaço, ele concebe um mapa mental a partir da percepção das imagens e emoções internalizadas como uma função semiótica, e interpreta a sua atuação buscando respostas por meio da interação cultural ou por fenômenos da natureza.

O espaço ainda se expressa de acordo com as emoções e desejos; organiza-se por conta dos interesses pessoais ou coletivos e se comunica por uma necessidade de interação. Esse processo interativo com os outros possibilita ao ser humano uma construção espacial sobre as suas práticas.

A inclusão da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida acontece em determinado espaço por meio de interações humanas e isso leva a um outro termo que precisa ser apresentado: o território.

2.3 Território

O território é um conceito que pode envolver atitudes das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, tendo em vista que elas têm promovido mudanças na dinâmica social, na medida em que formam seus territórios de acordo com suas necessidades pessoais e coletivas.

O território constitui a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre as quais ele influi de forma decisiva. Quando se refere a território deve-se, portanto, entender que se está mencionando um território usado, utilizado por uma dada população.

Pode-se evidenciar, de acordo com Santos (2007, p. 96-97), que o território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais; trata-se de um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem: "O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence".

O território é mantido por uma comunidade com o sentimento de pertença muito forte, no qual os agentes mantêm o seu espaço fazendo parte do mesmo. É a razão para as relações humanas; o próprio ato de reconhecer o território como seu, e dessa maneira, o sujeito consegue se perceber enraizado nele, sendo, portanto, importante na construção das relações sociais.

Santos (2007, p. 13) assinala que o "território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir de manifestações da sua existência".

A valorização do patrimônio histórico pela coletividade do território em que se manifesta é condição fundamental para que ele possa se tornar um bem a ser mantido para as gerações futuras.

De acordo com Landel e Senil (2009), as iniciativas de desenvolvimento local se expressam por meio da mobilização dos objetos patrimoniais na construção de projetos territoriais e lhe atribuem um modo específico de desenvolvimento territorial.

No território em que se viveu, no passado, existem possibilidades, em relação às manifestações culturais de uma comunidade que se desenvolve no presente, vinculadas às práticas sociais construídas no espaço temporal/territorial, inseridas na cultura individual e coletiva.

2.4 Cultura

A ideia de cultura não pode ser separada da ideia de território, uma vez que por causa de sua existência é que se cria um território, e é por ele que se fortalece e se exprime a relação simbólica existente entre a cultura e o espaço.

A partir daí, pode-se chamar de abordagem cultural ou análise geocultural “tudo aquilo que consiste em fazer ressurgir as relações que existem no nível espacial entre a etnia e sua cultura”. (BONNEMAISON, 2002, p. 101-102).

Para a Unesco (2003, p. 4), cultura é como “o conjunto de características espirituais e materiais, intelectuais e emocionais que definem um grupo social. [...] engloba modos de vida, os direitos fundamentais da pessoa, sistemas de valores, tradições e crenças”. Em geral, a cultura é uma espécie de tecido social que abarca as diversas formas e expressões de uma determinada sociedade.

Quando se aborda a cultura, deve-se verificar a forma de vida de um povo, sua personalidade, os conhecimentos, as crenças, ideias coletivas, costumes; a maneira como as pessoas de um determinado agrupamento social, inseridas em um determinado ambiente, organizam-se para conseguir seus objetivos, após uma cadeia de ensaios e erros (JARA, 1999).

A interação social entre os seres humanos fez surgir diversas culturas, ou seja, o conjunto de costumes e tradições de um povo as quais são transmitidas de geração em geração.

O sentimento de pertencimento surge, então, a partir das experiências que os seres humanos desenvolvem durante sua vida social, no entanto, e como já foi mencionado anteriormente, o local e a história de tais civilizações tornam-se essenciais para compreensão desse conceito.

Nessa perspectiva, o bem cultural é o produto do processo cultural, que proporciona ao ser humano o conhecimento e a consciência de si mesmo e do ambiente que o cerca, preservando a qualidade de vida da comunidade, que implica em seu bem-estar material e espiritual, conservando o exercício da memória e da cidadania.

Firma-se que a cultura de um povo é um processo em permanente evolução, diverso e rico. É o desenvolvimento de um grupo social, uma nação, uma comunidade; fruto do esforço coletivo pelo aprimoramento de valores espirituais e materiais.

Castilho e Santos (2012, p. 26) explicam que:

Cultura é essencialmente uma característica humana, pois somente o homem tem a capacidade de desenvolver culturas (destacando-se dos animais e vegetais). A cultura de cada grupo social é repassada aos seus descendentes, reforçando a ideia de cultura ser um elemento social. Assim, cultura é um conceito que pode ser empregado tanto a comunidades desenvolvidas do ponto de vista técnico ou econômico, quanto para sociedades mais primitivas, que organizam de forma essencialmente primária.

A preservação da memória cultural visa à continuidade das manifestações culturais de uma determinada comunidade e é essa a verdadeira responsável e guardiã de seus valores culturais.

Castells (1999, p. 22) aborda a cultura como um “processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual (ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado”. Tem-se que o patrimônio cultural de um povo lhe confere identidade e orientação, pressupostos básicos para que se reconheça como comunidade, inspirando valores ligados à pátria, à ética e à solidariedade e estimulando o exercício da cidadania, por meio de um profundo senso de lugar e de continuidade histórica.

A tendência à organização de redes comunitárias, muitas vezes é estimulada pela história e pela memória comum aos indivíduos, através do resgate da identidade, da invenção das tradições como um meio de convivência, sem que haja o fechamento desses grupos, das políticas e do mercado global. Assim, é importante ressignificar os termos que possuem conotação negativa, já que eles retêm em si mesmos os traços da luta pela mudança.

Não se pode pensar em proteção de bens culturais, senão no interesse da própria comunidade, à qual compete decidir sobre sua destinação no exercício pleno de sua autonomia e cidadania.

A cultura popular, por ser oriunda das relações profundas entre a comunidade do lugar e o seu meio (natural e social), simboliza o homem e seu entorno, implicando um tipo de consciência e de materialidade social que evidencia o grau de afeição ou apego a um lugar; esse é um fator relevante para o desenvolvimento local, posto que promove a configuração da identidade do lugar e de sua população.

Na perspectiva do desenvolvimento local, a cultura constitui-se mecanismo de geração evolutivo-cultural, interferindo criativamente no processo presente de prospecção e alicerçamento do futuro de qualquer povo ou coletividade, tendo em vista que sua dinâmica cultural se encontra em permanente curso de construção, redimensionamento e acumulação (ÁVILA, 2003, p. 10).

2.5 Desenvolvimento Local

O desenvolvimento local privilegia o ser humano como balizador desse processo, observando e respeitando, entre outros aspectos, o seu conhecimento, as suas necessidades básicas, que, segundo considera Elizalde (2000, p. 52), serão nove: “subsistência, proteção, afeto, entendimento, ócio, procriação, participação, identidade e liberdade”. Esse autor assinala que, em uma escala de importância, não há alguma menor que outra, uma vez que cada sujeito reúne a sua cultura e a cultura do lugar, que sempre estão vinculadas entre si.

Há que se destacar que o conceito de desenvolvimento local remete à relevância da interação que ocorre entre o sujeito e o território.

El desarrollo local es el resultado de la acción articulada del conjunto de los diversos actores (o agentes) sociales, culturales, políticos y económicos, públicos y privados, existentes en el espacio local en la construcción de un proyecto estratégico que orienta sus acciones a largo plazo. La promoción del desarrollo local depende de la capacidad de organización de los actores locales para la gestión de los recursos locales y de su capacidad de afrontar los factores externos (MARQUES, 2013, p. 61)

Entende-se, assim, que o desenvolvimento local está amparado em um processo de transformações no território que leva à construção de uma dinâmica no crescimento econômico, político e social do lugar, dinamizado por atitudes da população, respeitando a sua identidade e a busca do solidário.

O desenvolvimento local, mais do que crescimento econômico, implica na manifestação de capacidades, competências e habilidades de uma determinada comunidade territorializada para agenciar seu próprio desenvolvimento, com ajuda de um ambiente cooperativo e solidário, mediante o aproveitamento de potencialidades próprias e metabolização de experiências externas (ÁVILA, 2006).

No aporte de Souza (2000, p. 81):

A participação é o próprio processo de criação do homem ao pensar e agir sobre os desafios da natureza e sobre os desafios sociais, nos quais ele próprio está situado. [...] um processo dinâmico e contraditório. [...] não é uma questão do pobre, do miserável, ou do marginal, é uma questão a ser refletida por todos os grupos sociais que não chegam a penetrar as decisões que dizem respeito às suas condições básicas de existência.

Diante do que foi abordado, pode-se afirmar que a participação é uma condição básica do ser humano, deve refletir, na prática, o entendimento que cada indivíduo ou que o grupo tem sobre esse conceito e também sobre si mesmo, passando, ainda, pelo desenvolvimento da autoestima, da confiança e da solidariedade.

No processo de desenvolvimento, o alvo central é o ser humano como artesão do seu êxito ou fracasso, pois “se requer que cada um, ao se tornar responsável pelo seu próprio progresso, de toda ordem e em todas as direções, a influência em seu entorno como fonte irradiadora de mudanças, de evolução cultural, de dinamização tecnológica e de equilíbrio meio-ambiental.” (ÁVILA *et al.*, 2001, p. 23).

Para que a população adquira essa postura, que, na verdade, visa à manutenção e preservação do desenvolvimento local, há que se tornar possível que uma ampla gama de usuários, incluindo pessoas com restrição de mobilidade, tenha pleno acesso e uso dos ambientes, de forma a permitir que a autenticidade seja mantida em função da continuidade da vida no espaço.

Há que se pensar, também, em consentir que as pessoas conheçam uma edificação histórica como um todo, apreendam seu valor histórico-cultural, sintam-se integradas à cultura e queiram preservar a história, a cultura e o patrimônio cultural. A acessibilidade física a esse tipo de espaço torna-se fundamental para que essa apropriação seja efetiva, uma vez que, a partir dela, maior diversidade de pessoas possa usufruir desse bem.

Ávila (2001) destaca que o desenvolvimento local é endógeno e emerge de coletividades com a mesma identidade social e interesses comuns, no seu lugar de vida, quando nelas se incrementa a cultura da solidariedade, fazendo-se uso das capacidades, competências e habilidades para agenciar e gerenciar esses recursos internos e metabolizar os externos, em função de suas necessidades e aspirações.

O respeito às raízes culturais é essencial para que seja possível sentir que o povo participa de um sistema maior, que esse povo contribui para o crescimento de sua cidade e que, acima de tudo, que desenvolve seu dever cívico de proteger o patrimônio adquirido e da sua identidade.

A acessibilidade no patrimônio histórico passa a ser relevante para o desenvolvimento local a partir do momento em que se torna visível à sociedade, que reivindica a ampliação de seus papéis sociais, contribuindo para melhor inclusão, o que amplia as possibilidades de desenvolvimento social e local.

Pensar o desenvolvimento local, de acordo com Martins (2002, p. 51), é “dotá-lo de um caráter mais humano”, partindo do pressuposto de que as pessoas da comunidade local devem participar “ativamente e não apenas serem beneficiárias do desenvolvimento”. Esse seria, de acordo com esse autor, o principal diferencial do desenvolvimento local. Para tanto, configura-se como indispensável uma mudança de postura, questionando-se, inclusive, concepções e crenças teóricas, constituindo-se em um dos principais desafios nesse processo, pois requer uma visão de mundo bem distinta da convencional.

Essa mudança de concepção implica, portanto, um processo de transformação social, econômica, cultural e política das pessoas, individualmente, e da sociedade, cujo apoio deve ser a valorização dos indivíduos em sua plenitude, contemplando o acesso espacial livre, culminando com a melhoria de vida da comunidade local.

Ao se considerar o desenvolvimento local como um processo de transformação e, ainda, ao se colocar o ser humano em primeiro plano, pretende-se evidenciar que o principal objetivo da pesquisa, com a discussão sobre acessibilidade ao patrimônio cultural tombado na esfera estadual em Campo Grande/MS, é valorizar o patrimônio cultural como uma herança cultural rica para a população, somada à integração e à inclusão social de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Martin (1999, p. 172) propõe que o desenvolvimento local proporcional à escala humana deve ser entendido como satisfação das necessidades humanas fundamentais por meio do “protagonismo real e verdadeiro de cada pessoa”. Entende-se que é preciso que se criem condições para que a comunidade, efetivamente, exerça suas atividades em conjunto via fatores endógenos e exógenos e para que o desenvolvimento local aconteça. Na essência da participação pessoal

consideram-se a tomada de consciência, a formação de um senso crítico e a sensibilidade.

Portanto, não se alcança o desenvolvimento sem que se visualize o homem, à luz da hierarquia de valores, em sua integridade como pessoa humana, membro construtivo de sua comunidade e agente de equilíbrio em seu meio geofísico. (ÁVILA *et al.*, 2001, p. 23).

As discussões sobre patrimônio tornam-se pertinentes para as comunidades locais e ao desenvolvimento local, tendo como premissa a valorização da cultura local, bem como a participação ativa da população.

A preservação patrimonial está atrelada aos direitos do cidadão, não apenas com relação ao acesso à cultura, mas também o direito de ir e vir de cada um, sendo importante a conservação dos bens patrimoniais e a conscientização da população para garantir o livre acesso de todos.

3 PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL NO CONTEXTO DA ACESSIBILIDADE

Patrimônio é a soma dos bens culturais de um povo, herança do passado com que se pode desfrutar, hoje, transferido às gerações futuras. Também está relacionado com o conceito de identidade, pois contribui para o exercício da cidadania, já que faz aflorar o sentimento de pertença e de continuidade histórica.

A UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Cultura, Ciência e Educação), que é o órgão responsável pela definição de regras e proteção do patrimônio histórico e cultural da humanidade, considera que:

Patrimônio Histórico pode ser definido como bem material, natural ou imóvel que possui significado e importância artística, cultural, religiosa, documental ou estética para a sociedade, ou seja, de grande importância para que as pessoas possam ter acesso e reconhecer-se na sua própria história (UNESCO,1992).

A palavra patrimônio tem origem latina e, entre os antigos romanos, referia-se ao que pertencia ao pai ou pai de família. Françoise Choay (2006, p. 11) enfatiza que a expressão patrimônio histórico se refere:

[...] a um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes dos seres humanos.

No Brasil, foi com a revolução de 1930 que as questões referentes à identidade nacional assumiram papel de destaque e, também, iniciaram-se oficialmente as políticas públicas destinadas à preservação do patrimônio histórico e artístico. Data de 1933 o decreto nº 22.928, primeira norma federal por meio da qual o governo toma iniciativa de uma política preservacionista (OLIVEIRA; VALENTIM; SERRA, 2008).

O patrimônio, hoje, é preocupação de um número expressivo de países em todo o mundo, reunindo profissionais de diversas áreas.

No âmbito brasileiro, a constituição de patrimônios históricos e artísticos nacionais se dá em função do valor que lhes é atribuído. As manifestações culturais

e símbolos da nação passam a ser merecedores de proteção, visando sua transmissão a gerações futuras. As políticas de preservação atuam, basicamente, no nível simbólico, objetivando reforçar identidade coletiva, educação e formação de cidadãos (FONSECA, 2005).

Assinala-se que antes de servirem ao conhecimento do passado os remanescentes materiais de cultura são testemunhos de experiências vividas, coletiva e individualmente. Identifica-se, ainda, que pessoas devem lembrar e ampliar o sentimento de pertencer a um mesmo espaço, de partilhar certa cultura e desenvolver a percepção de um conjunto de elementos comuns que fornecem o sentido de grupo e compõem a identidade coletiva.

Por serem considerados símbolos da nação e, dessa forma, serem merecedores de proteção, os bens patrimoniais são, por excelência, elementos significativos para firmar na população interesse pelo planejamento do espaço público acessível, uma vez que o patrimônio valorizado e protegido dá consistência às novas intervenções.

O patrimônio representa a identidade de um local, sendo importante o cuidado com a preservação não só das edificações, também das manifestações culturais e artísticas de um povo, ação de proteção que, entretanto, tem que partir não só dos órgãos governamentais, mas, igualmente, da comunidade.

Pondera-se, com base no Programa Monumenta, do Ministério da Cultura (2005), que todo patrimônio, embora representante de um passado, tem função atribuída no presente, visto que é no presente que ele existe e caracteriza diversas outras funções como servir de moradia, trabalho, lazer e turismo, que não representam, portanto, apenas a sobrevivência de uma ordem tradicional.

A diversidade cultural é um traço determinante na formação do patrimônio cultural sul-mato-grossense, tendo em vista que Mato Grosso do Sul faz fronteira com dois países - a Bolívia e o Paraguai - e com os Estados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, além de trazer, em sua essência identitária, a convivência com a segunda maior população indígena do Brasil. Essas influências estabelecem um processo de permanente diálogo cultural local como a construção histórica de um produto coletivo da vida humana (CASTILHO; SANTOS, 2016).

Surge, dessa forma, a importância desses ambientes, que devem propiciar condições de uso e acesso a uma vasta heterogeneidade de usuários, com suas habilidades e/ou limitações próprias. A legislação visa à proteção do bem em função

de sua autenticidade, uma vez que a condição de ser autêntico é requisito fundamental para atribuição de interesse patrimonial ao bem cultural.

Em razão da demanda turística, as edificações históricas ficam sujeitas ao impacto de visitas, daí a necessidade de um planejamento adequado que garanta desenvolvimento econômico local e conservação do patrimônio, além de uma avaliação que garanta a acessibilidade que torna os espaços disponíveis a todos, independentemente da sua condição física. Gilberto Gil, em 2008, quando era Ministro da Cultura, expôs a seguinte concepção acerca de patrimônio:

[...] pensar em patrimônio agora é pensar com transcendência, além das paredes, além dos quintais, além das fronteiras. É incluir as gentes. Os costumes, os sabores, os saberes. Não mais somente as edificações históricas, os sítios de pedra e cal. Patrimônio também é o suor, o sonho, a dança, o jeito, a ginga a energia vital, e todas as formas de espiritualidade de nossa gente. O intangível, o imaterial. (IPHAN, 2017, p. 14).

É possível existir cultura em um espaço quando este possui “vida”, quando nele a população pode realizar atividades representativas de uma cultura, contribuindo para sua preservação, tanto do bem histórico-cultural como das atividades realizadas. Nesse sentido, Lira (2009) concebe que:

O uso, a “vida” do espaço, como forma de manter a autenticidade do mesmo. [...] a autenticidade está na mente das pessoas e é prejudicada à medida que o espaço não possui vida, pois não permite a vida passada, nem que seja criada uma atual. Deste modo, de nada adianta “congelar” o imóvel, não permitir nenhum tipo de alteração na fachada ou no interior na tentativa de torná-lo autêntico, se a “falta de vida” no bem também o descaracteriza, interferindo na sua autenticidade, além de contribuir para sua degradação.

Ressalte-se que no bojo dessa concepção se reforça a ideia, conforme já mencionado, de que é preciso propiciar uso e acesso plenos do enorme contingente de usuários, com ou sem restrição de mobilidade, de modo a se manter a autenticidade em função da continuidade da “vida” do espaço. Só por meio do conhecimento integral de um patrimônio este será reconhecido em seu valor histórico-cultural, as pessoas se sentirão integradas à cultura e desejarão preservar a sua história, a sua cultura, o seu patrimônio cultural. A acessibilidade física a esses bens promove a oportunidade de um maior número de usuários usufruir desses espaços histórico-culturais.

3.1 Acessibilidade

No Brasil, desde a década de 1980 vem se consolidando um processo de conscientização acerca da importância da acessibilidade. Em 1981, Ano Internacional da Pessoa com Deficiência, foram promulgadas algumas leis brasileiras a fim de garantir o acesso e utilização dos espaços construídos. Em 1985 foi criada a NBR 9050, a primeira norma técnica brasileira referente à acessibilidade, revisada em 1994, em 2004 e em 2015. “No plano federal a Constituição de 1988 deu guarita a dispositivos de acessibilidade nas edificações e transportes” (SANTOS FILHO, 2010, p. 40).

A Constituição Brasileira de 1988 garante o direito de igualdade a todos os cidadãos, sem nenhuma forma de discriminação. Esse direito inclui o acesso à moradia, ao trabalho e a serviços essenciais como educação e saúde para todas as pessoas, independentemente do sexo, idade, cor, credo, condição social ou deficiência. Entre as ações necessárias, é fundamental promover mudanças no ambiente físico para atingir melhores condições de acessibilidade espacial e permitir, às pessoas, a realização de atividades desejadas.

A construção da acessibilidade passa pela remoção de barreiras instaladas nas mais diversas áreas dos patrimônios históricos e culturais. Assim como é indispensável superar as barreiras físicas, sensoriais e cognitivas que impedem o pleno acesso ao patrimônio, também é preciso vencer as barreiras econômicas, sociais e culturais e enfrentar o desafio de ampliar o acesso aos seus serviços e produtos.

Permitir a acessibilidade física a todos os locais, incluindo os de caráter histórico e cultural, vai além da simples instalação de rampas. As pessoas com restrição de mobilidade precisam sentir-se, de fato, integradas às atividades de sua cultura e história.

A acessibilidade representa, então, o conjunto de boas ideias que tiveram sucesso em atender, simultaneamente, as diferentes necessidades das pessoas com deficiência, e em facilitar a vida de todos. Para estabelecer critérios e parâmetros técnicos quanto aos projetos, instalações, construções e adaptações para a acessibilidade utiliza-se a Norma Brasileira NBR 9050.

A Norma Brasileira NBR 9050 define acessibilidade como:

possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (ABNT, 2015, p. 2).

Para a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, a acessibilidade pode ser entendida como:

Um atributo essencial do ambiente que garante a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Deve estar presente nos espaços, no meio físico, no transporte, na informação e comunicação, inclusive nos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como em outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na cidade como no campo (SNPD, s. a.; s.p.)

A acessibilidade, no âmbito da arquitetura, vai além de espaços que possam ser utilizados por todas as pessoas de forma equivalente. Dischinger *et. al.* (2012, p 28) definem que “acessibilidade espacial significa bem mais do que poder atingir um lugar desejado. É também necessário que o local permita ao usuário compreender sua função, sua organização e relações espaciais, assim como participar das atividades que ali ocorrem”.

É importante salientar que com o uso de soluções de acessibilidade universal que levem em consideração as necessidades de todos é possível se alcançarem condições de acessibilidade espacial sem comprometer a participação de algumas pessoas.

Com base nessas considerações, entende-se que a acessibilidade prevê projetos de edifícios, cidades e espaços que possam ser utilizados com segurança e autonomia por todas as pessoas, de forma igualitária, independentemente de suas capacidades ou limitações.

Eliminar as barreiras físicas e sociais dos espaços, edificações e serviços destinados à fruição do patrimônio cultural é medida indispensável para que as pessoas com deficiência e com necessidades especiais possam ter autonomia para conhecer a cultura história local e até nacional.

O direito de acessibilidade aos bens culturais encontra fundamentos no princípio da isonomia e no princípio da fruição coletiva do patrimônio cultural, segundo os quais todos os cidadãos devem ter iguais condições de conhecer, visitar e obter informações sobre os bens integrantes desse patrimônio nacional (FERREIRA, 2008, p.12).

A partir do sentimento de pertencimento de uma comunidade a um bem e/ou fazer cultural e a seu entorno, será possível identificar valor nessa relação, ainda que não na perspectiva econômica. A ocupação do espaço cria vínculos de pertencimento que agregam valor ao tecido urbano, a partir de locais voltados a práticas culturais como signos de reconhecimento dos agentes que ali transitam (FLORISSI; VALIATI, 2009).

Com base no exposto, pretende-se apresentar como a acessibilidade física pode atuar como agente de preservação em ambientes reconhecidos como Patrimônio Histórico e/ou Patrimônio Cultural, por oportunizar acesso, uso e apropriação cultural a mais pessoas, aumentando o interesse de maior parcela da população em conservá-los.

Sublinha-se, assim, que a acessibilidade nas edificações construídas não deve ser compreendida como um conjunto de medidas que favoreceriam apenas às pessoas com deficiência - o que poderia até aumentar a exclusão espacial e a segregação desses grupos -, mas de medidas técnico-sociais destinadas a acolher todos os usuários em potencial (DUARTE; COHEN, 2004).

A integração das pessoas que têm problemas de mobilidade às atividades de sua cultura e história pode ser encarada como a humanização dos ambientes. Bins Ely (2004) sugere que esse tipo de ação consiste na qualificação do espaço construído de forma a prover o usuário - foco central de todo projeto - de conforto físico e psicológico, a partir de atributos ambientais que tragam sensação de bem-estar. Esses atributos promovem estímulos sensoriais e evocam respostas, no comportamento e nas atitudes dos usuários.

A sensação de limitação percebida pelas pessoas com restrição de mobilidade depende das condições de acesso e deslocamento dos espaços. Quando estes permitam que as pessoas realizem suas atividades em condição de igualdade aos demais, as deficiências e limitações são minimizadas, ainda que não deixem de existir.

Neste ponto desta abordagem, é pertinente que se reforce a importância que têm algumas normas e legislações referentes à acessibilidade.

Criada em 1985 pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a NBR 9050 define os aspectos relacionados às condições de acessibilidade no meio urbano. Para que uma Norma Brasileira seja passível de cumprimento obrigatório, há que existir uma lei que o determine. Foi o que aconteceu com a “NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos”. O Decreto nº 9.296 de 1º de março de 2018 regulamentou o art. 45 da Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015, que torna obrigatória a observância da Norma (SEAERJ, 2018).

Esse dispositivo atua como um instrumento que serve para orientar arquitetos, construtores, engenheiros e outros profissionais da área, sobre critérios e parâmetros técnicos para a construção, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos e, ainda, para a instalação e adaptação de edificações. Embora a Norma criada pela ABNT tenha contribuído muito para o ganho de qualidade de vida de pessoas com as mais variadas formas de deficiência, muitos pontos estavam pouco detalhados, em suas três versões anteriores, sem consenso geral ou mesmo inexistentes. Dessa forma, em setembro de 2015, a ABNT publicou a atualização com um texto mais amplo, evoluído para os tempos atuais e centrado no conceito de desenho universal.

O conceito de desenho universal se desenvolveu entre os profissionais da área de arquitetura da Universidade da Carolina do Norte - EUA, com o objetivo de definir um projeto de produtos e ambientes para ser usado por todos, na sua máxima extensão possível, sem necessidade de adaptação ou de um projeto especializado para pessoas com deficiência, criando produtos acessíveis a todas as pessoas, independentemente de suas características pessoais, idade ou habilidades. A meta é que qualquer ambiente ou produto esteja ao alcance, seja manipulado por qualquer pessoa, de qualquer tamanho, postura ou mobilidade.

O objetivo da NBR 9050 também é proporcionar, à maior quantidade possível de pessoas, segurança no uso de equipamentos, sem que haja restrição de idade, estatura ou mobilidade, preconizando o trabalho em um ambiente seguro.

Entre as determinações estabelecidas na norma de acessibilidade estão: desenho universal; barreira arquitetônica; tecnologia assistiva; espaço para circulação de cadeiras de rodas; sinalização vertical e horizontal; rampas de acesso;

plataforma elevatória; características de piso; informações em braile; banheiros acessíveis; estacionamento com vagas acessíveis.

No Brasil, a Lei nº 5.296/2004 exige que as adaptações respeitem as indicações da norma técnica NBR¹ 9050:2015 e NBR 16537:2016, que tratam, respectivamente, da acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, além do projeto de sinalização tátil no piso.

Outras legislações infraconstitucionais brasileiras também tratam sobre o tema acessibilidade, são elas:

Lei nº 10.098/2000 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Decreto nº. 6.949/2009 - Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Art. 53 - A acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social.

Decreto nº 9.296, de 1º de março de 2018. Art. 1º - A concepção e a implementação dos projetos arquitetônicos deverão atender aos princípios do desenho universal e ter como referências básicas as normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, a legislação específica e as disposições deste Decreto.

A Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2008), em seu Artigo 9, trata da Acessibilidade, cuja finalidade é possibilitar, às pessoas com deficiência, viver com autonomia e com plena participação em todos os aspectos de sua vida.

Uma sociedade é considerada justa na medida em que garanta a todos a igualdade de direitos, e isso envolve diretamente a acessibilidade. Não oferecer condições adequadas de acessibilidade é negar direitos adquiridos.

¹ As normas técnicas brasileiras serão mencionadas no decorrer do trabalho, à medida que houver necessidade para explicitar os detalhes da legislação vigente.

3.2 Acessibilidade x Patrimônio Histórico - Buscando um equilíbrio compatível

O acesso à cultura é direito de todo cidadão. Conquanto já descrita anteriormente, considera-se pertinente reiterar o que a UNESCO (2003) concebe como cultura: “um conjunto de características espirituais e materiais, intelectuais e emocionais que definem um grupo social - engloba modos de vida, direitos fundamentais da pessoa, sistemas de valores, tradições e crenças.”

Os bens culturais que constituem o patrimônio cultural brasileiro merecem a preocupação do poder constituinte, o qual os alçou à qualidade de direito fundamental. O homem só é respeitado integralmente se a cultura também é respeitada e, nessa perspectiva, a proteção constitucional do patrimônio cultural é uma decorrência da proteção à própria dignidade da pessoa humana.

O fato de os bens patrimoniais serem protegidos não significa que eles devam ser mantidos em distância ou isolados, uma vez que, quando são expostas e reveladas, essas obras “tornam-se acessíveis a todos e parte do universo familiar de qualquer um” (CHOAY, 2006, p. 230). Corroborando essa afirmativa, Cohen, Duarte e Brasileiro (2012a) comentam, também, a inegável dificuldade em conciliar as legislações que tratam do patrimônio e da acessibilidade, ressaltando a importância de se entender que surgiram em épocas diferentes.

No entanto, os obstáculos encontrados por pessoas com restrições físicas, permanentes e/ou temporárias, no acesso aos ambientes construídos são enormes, principalmente em edifícios mais antigos, não projetados para uso e locomoção de pessoas com limitações físicas.

Por sua vez, Cambiaghi (2012a) chama atenção para o seguinte: quando se toma consciência de que na época em que foram construídos os edifícios históricos não havia grande parte dos artefatos tecnológicos atuais (energia elétrica, ar condicionado, sanitários no interior dos edifícios, rede lógica, controle de segurança e outros itens que têm sido implantados ao longo dos anos), torna-se imprescindível que se façam transformações com o intuito de adequá-los às necessidades da diversidade de pessoas com ou sem algum tipo de deficiência.

Acessibilidade e patrimônio deveriam andar de mãos dadas, uma vez que patrimônio histórico deve ser encarado como local para todos, independentemente das suas especificidades ou necessidades permanentes ou temporárias. Esses

locais devem permitir que todas as pessoas consigam se movimentar e visualizar todos os objetos de um lugar facilmente acessível.

Quando se tem patrimônio acessível e inclusivo, permite-se que as pessoas vivenciem experiências únicas e personalizadas, que sejam respeitadas em suas individualidades e diferenças, que usufruam do espaço e informações de forma confortável, autônoma e segura (MCCB, 2011). Locais e materiais acessíveis criados assumem-se como agentes de conhecimento e desenvolvimento para todos; o foco não são apenas as barreiras físicas, mas também a criação de condições para todos os visitantes.

As reformas e adaptações para garantir a acessibilidade física em edificações históricas tendem a ser restritivas devido à complexidade que caracteriza uma intervenção nas características peculiares de cada estilo arquitetônico e de cada construção em relação às diferentes épocas, sem que se altere o valor patrimonial enraizado. Significa dizer que, na necessidade de se empreenderem alterações na estrutura de um imóvel para implantar a acessibilidade, não se deve alterar significativamente o patrimônio, o que exige a mediação de ambos os interesses.

A despeito das dificuldades, os bens culturais devem estar a serviço da disseminação da cultura para todas as pessoas, com suas diversas características e necessidades, de modo a garantir condições de acessibilidade nos seus espaços externos e internos, mesmo se tratando de edifícios tombados.

Com base na Teoria Contemporânea do Restauro² e nos princípios de que para serem considerados Patrimônios Históricos e Culturais os bens precisam ter seus valores reconhecidos por seus usuários, enfatiza-se que a acessibilidade física a estes espaços e bens propicia, a uma ampla gama populacional, usufruir de valores históricos e culturais assentados nesses locais.

Considera-se ideal, portanto, que haja conciliação dos interesses legais referentes à acessibilidade e do patrimônio, de modo a se promoverem adaptações que permitam o usufruto do espaço por todos os indivíduos e, concomitantemente, que se mantenham as principais características arquitetônicas do patrimônio edificado.

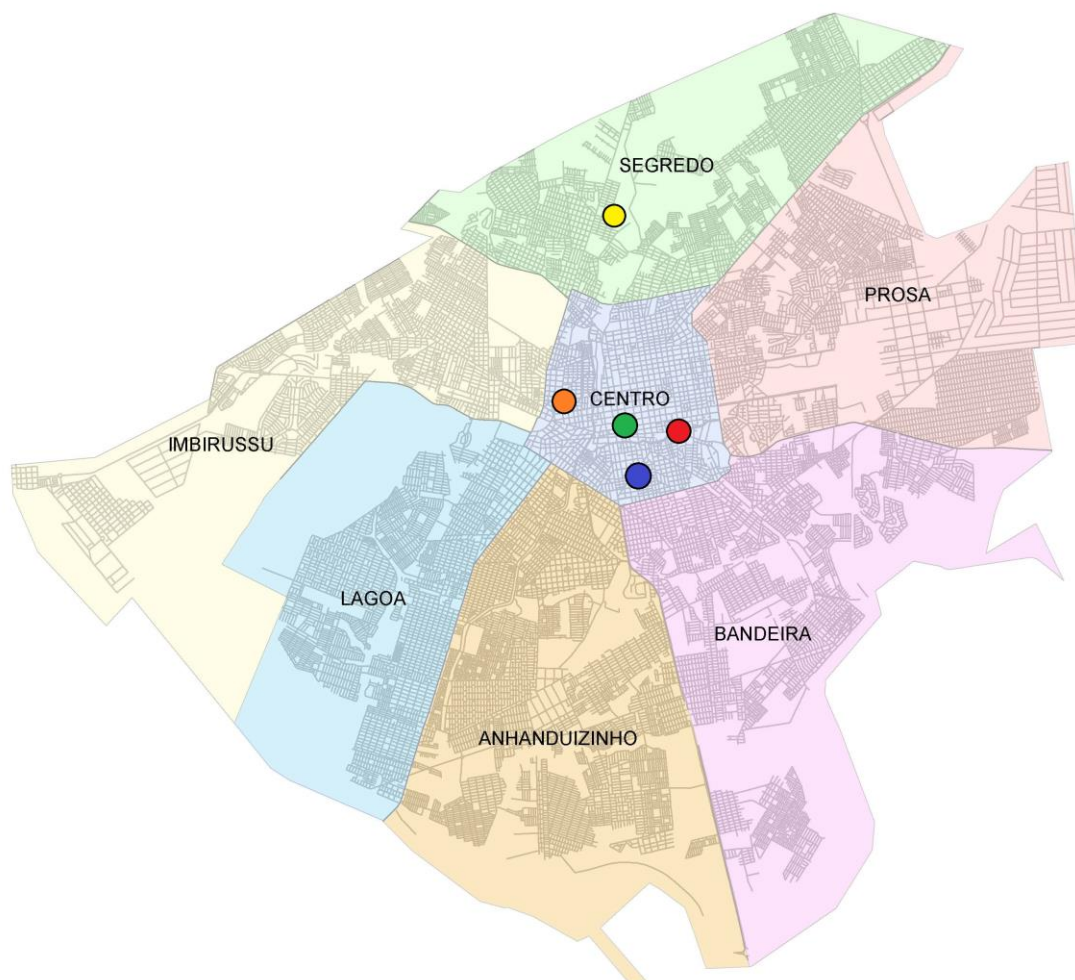
² A Teoria Contemporânea do Restauro traz-nos uma perspectiva “inovadora” ou, melhor dizendo, contemporânea, sobre os problemas que historiadores, conservadores-restauradores ou mesmo estudantes da área possam enfrentar na atualidade, analisando os princípios éticos de conservação e restauro - baseados nas teorias clássicas (autenticidade, objetividade, universalidade, reversibilidade, etc.).

4 APRESENTAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES DE CAMPO GRANDE/MS TOMBADAS NA ESFERA ESTADUAL

Nesta parte do trabalho descrevem-se as edificações de Campo Grande tombadas na esfera estadual. Identificam-se e se analisam alguns prédios que foram tombados na Cidade Morena, ao mesmo tempo em que se destacam os valores históricos de cada edificação e os estudos de casos.

Inicia-se com o registro do mapa das regiões urbanas desse município, capital do estado (Imagem 1).

Imagem 1: Mapa das Regiões Urbanas de Campo Grande/MS



Fonte: PLANURB/2016, adaptado por Waldete Alves de Paula Salineiro

- Antigo prédio do Quartel General da 9ª RM - Av. Afonso Pena, 2270
Lei Estadual nº1526, de 26 de julho de 1994.
- Casa do Artesão - Av. Calógeras, 2050
Decreto Estadual nº 7863, de 13 de julho de 1994.
- Igreja de São Benedito Tia Eva - Jardim Seminário
Decreto Municipal nº3523, de 15 de julho 1994.
Resolução/SECE, de 7 de maio de 1998.
- Escola Estadual Maria Constança de Barros Machado
Rua Cândido Mariano, 451
Resolução/SECE, de 03 de julho de 1997.
- Loja Maçônica "Oriente Maracaju" - Av. Calógeras, 1952
Lei Estadual nº 3.406, 30 de julho de 2007.

As edificações apresentadas concentram-se no centro histórico da cidade, cujas primeiras construções ficavam próximas ao leito do córrego Prosa e os primeiros ranchos foram assentados na primeira rua da vila, atual Rua 26 de Agosto. A identificação dessas edificações vem acompanhada da referência aos dispositivos legais de autorização dos respectivos tombamentos, conforme se pode acompanhar nas legendas referentes à Imagem 1.

Com a chegada dos engenheiros encarregados de estudar o traçado da estrada de ferro Noroeste do Brasil (NOB), em 1906, as construções começaram a ganhar novos padrões construtivos não só pela técnica, mas pelo desenvolvimento das novas necessidades. No século XX, a cidade recebeu seu primeiro documento norteador para o seu crescimento, um Plano que visava ao alinhamento de ruas e praças, a partir do que Campo Grande iniciou o processo de modernização de suas construções (PLANURB, 2016).

Fora da área central, a única edificação tombada pela esfera estadual, em Campo Grande/MS, é a Igreja de São Benedito - Tia Eva, localizada na rua Eva Maria de Jesus, s/n, bairro Jardim Seminário. Foi reconhecida pelo Poder Público como parte do “Patrimônio Público Estadual e Municipal”, tornando-se a primeira construção com características religiosas a ser tombada em Mato Grosso do Sul.

Somente nas últimas décadas os campo-grandenses passaram a resgatar e valorizar a memória da sua cidade, pois, para melhor conhecer e compreender o seu meio, tornou-se imprescindível buscar informações no seu passado resgatado nos patrimônios históricos culturais.

4.1 Antigo prédio do Quartel General da 9ª Região Militar

O prédio tombado como Patrimônio Histórico foi inaugurado em 1922, como Quartel General da 9ª RM. Localizada na Avenida Afonso Pena entre as ruas 13 de Maio e Rui Barbosa, essa edificação foi projetada pelos engenheiros e arquitetos da Companhia Construtora de Santos, com dois pavimentos (Imagem 2).

Imagem 2: Fachada Quartel General da 9ª RM - Av. Afonso Pena



Foto: Waldete Alves de Paula Salineiro/2018

O Quartel foi construído em um terreno desapropriado pela prefeitura, antes área de propriedade particular na qual havia uma escola em madeira. No dia da inauguração, em 9 de setembro de 1922, estavam presentes, além de inúmeras autoridades locais, o ministro da Guerra Pandiá Calógeras e o diretor de engenharia Cândido Rondon. O prédio foi concebido em 1922, um ano de extrema importância para a cultura brasileira, quando ocorreu a Semana da Arte Moderna de 22.

No ano de 1934, na administração do General Pedro Cavalcante de Albuquerque, conforme plano elaborado pelo Coronel Newton Cavalcanti, foi erguido um prédio de três pavimentos, nos fundos, levantado pela empresa Thomé & Irmãos e projetado pelo engenheiro Tenente Nelson Lopes. Esse edifício foi construído para

apoiar as atividades militares crescentes em Campo Grande, tal a vitalidade do crescimento do município, na época.

A 9ª Região Militar passou por várias transformações, em um passado ainda recente. Em 1980 foi transformada em 9ª RM/DE e, em 1985, com a criação do Comando Militar do Oeste, foi aglutinada por aquele Comando Militar de Área e transformada em CMO/9ªRM/DE. Em 29 de novembro de 1984, a 9ª RM recebeu sua denominação histórica, passando a denominar-se Região Mello e Cáceres, como uma justa homenagem a Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres (Imagem 3), 4º capitão general da capitania de Mato Grosso, aquele que legou um dos mais caros exemplos de estoicismo, abnegação e de determinação no cumprimento da missão e do dever.

Imagem 3: Busto - Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres

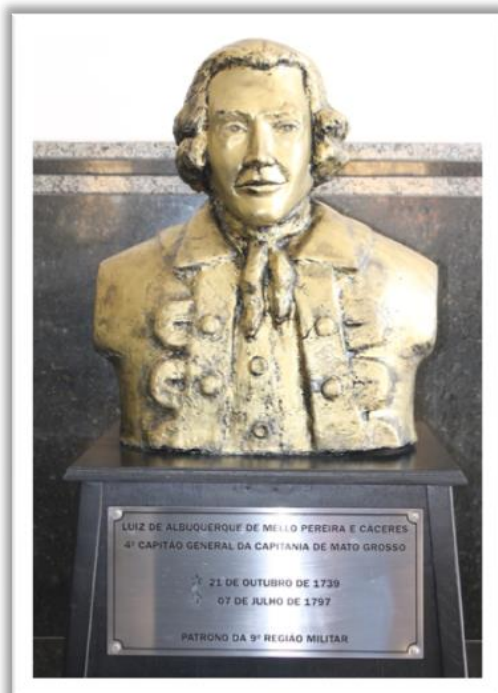


Foto: Waldete Alves de Paula Salineiro/2018

Devido à necessidade de aperfeiçoamento da estrutura logística e operacional do Exército, em 1º de janeiro de 1990 a 9ª Região Militar foi desmembrada do CMO/9ª DE, voltando-se integralmente, como Grande Comando Administrativo, para as atividades logísticas, de mobilização e equipamento do território e do serviço militar. Transformou-se, posteriormente, em Museu, inaugurado em março de 1995

com a finalidade de rememorar, resgatar, divulgar e perpetuar a história da Força Expedicionária Brasileira durante a II Guerra Mundial. Possui um riquíssimo acervo doado por ex-combatentes e seus familiares distribuídos em três salas (IBGE, 2015).

O prédio passou a ser administrado pelo Sesc-MS (Serviço Social do Comércio de Mato Grosso do Sul), que fechou parceria com o CMO (Comando Militar do Oeste) e o 9º Batalhão do Exército, em 2016, passando, na época, por um processo de restauração, com a finalidade de receber atrações culturais.

A estrutura não foi modificada; são 1.300m² destinados à arte em suas diversas linguagens, 12 salas que antes comportavam o Museu da Força Expedicionária Brasileira e, agora, abrigam: na parte térrea, uma central de relacionamento, biblioteca, gerência, cafeteria, sala de multiuso, cinema, galeria de artes, solário; no 1º piso, uma sala de exposições temporárias, espaço multiuso, sala de música, salas de artes visuais, exposição do exército e sala de artes cênicas.

O destaque do prédio inaugurado em 1922 é a escadaria em madeira com três lances (Imagem 4). Para garantir a acessibilidade, foi instalado um elevador de acesso ao piso superior (Imagem 5).

Imagem 4: Escada em madeira

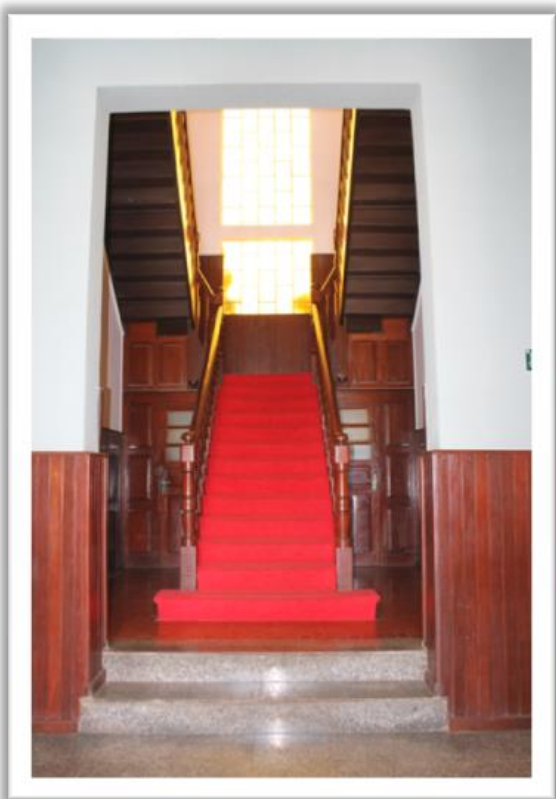


Foto: Waldete Alves de Paula Salineiro/2018

Imagem 5: Elevador acessível

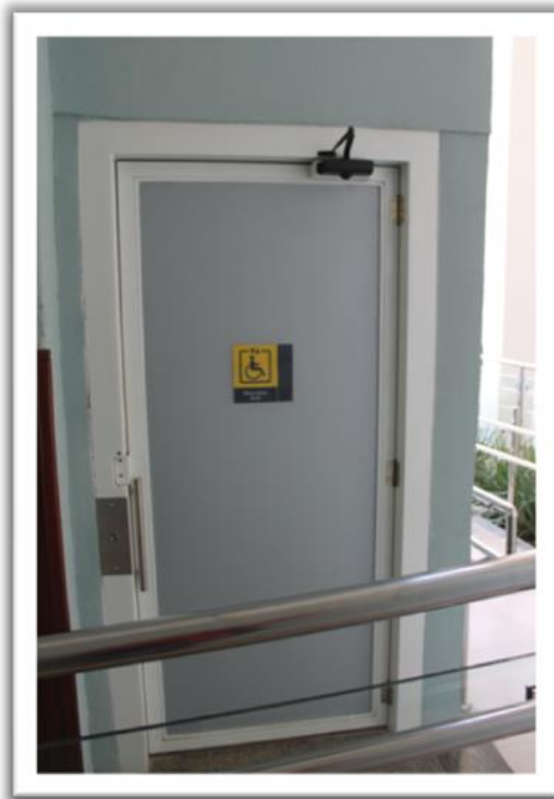


Foto: Waldete Alves de Paula Salineiro/2018

Na parede frontal à escadaria há uma janela de ferro, em arco, com vidros fixos, trazendo iluminação natural; no teto, um enorme lustre restaurado compõe o espaço nobre (Imagem 6).

Imagem 6: Lustre restaurado

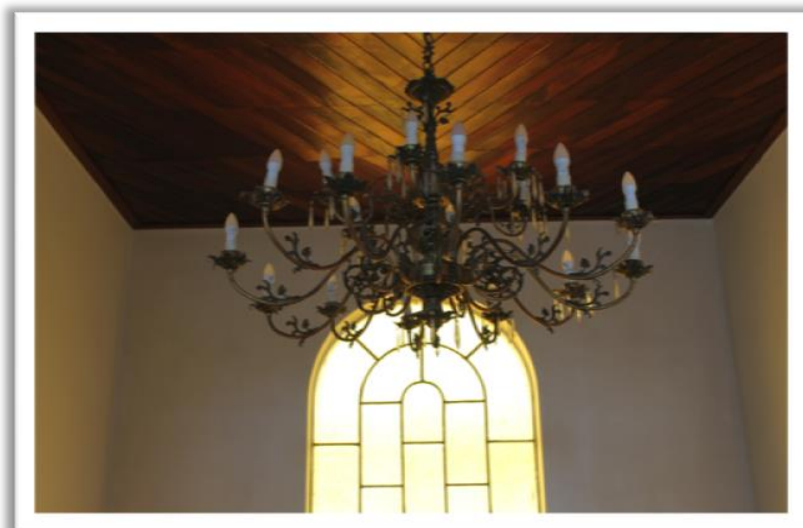


Foto: Waldete Alves de Paula Salineiro/2018

Imagem 7: Antiga sala do comandante



Foto: Waldete Alves de Paula Salineiro/2018

A sala que era do comandante aparece na Imagem 7. Localizada no segundo pavimento, com pé direito de $h=3,80\text{m}$ e paredes revestidas de madeira, foi totalmente restaurada e atualmente comporta uma exposição permanente sobre a história do Comando Militar do Oeste (Imagem 8).

Imagem 8: Exposição sobre a história - Comando Militar do Oeste



Foto: Waldete Alves de Paula Salineiro/2018

Sobre a escolha da nova cor que substituiu o amarelo da fachada antiga, Regina Ferro, diretora regional do Sesc, oferece uma explicação histórica: "Foi feito um estudo de camadas onde se descobriu que as primeiras cores do prédio foram esses tons de cinza que remetem ao militar. Por isso, a cor também representa um resgate".³

Conquanto se encontrem sempre grandes dificuldades, o espaço público precisa dispor de máxima acessibilidade, sendo essencial que os obstáculos (no entorno, entradas e saídas, circulações horizontais e verticais, mobiliário, banheiros e objetos em exposição) sejam eliminados, tendo em vista que podem prejudicar a utilização desse espaço, sobretudo pelo público com dificuldades na mobilidade física (temporária ou permanente).

Durante a restauração do prédio da 9ª Região Militar, houve preocupação com a acessibilidade ao local, desde a colocação de piso tátil no calçamento externo (Imagem 9) até a instalação de rampa de acesso principal à edificação (Imagem 10)

³ Regina Ferro - Diretora regional do Sesc, em matéria veiculada no Campo Grande News, em 27/2/2018, de autoria de Thalita Torres. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/artes-23-08-2011-08/com-oficinas-cinema-e-cafeteria-predio-de-1922-e-reforco-na-cultura-da-capital>

e nos espaços internos de circulação do prédio, todas elas em conformidade com o previsto nas Normas Brasileiras (NBR), como se descreve junto às imagens.

Destaque-se que, no layout da edificação, a biblioteca é inclusiva para pessoas com deficiência auditiva, visual e motora, que viabiliza o manuseio e desfrute de todos os exemplares.

Imagem 9: Calçada com piso tátil - Av. Afonso Pena



Foto: Waldete Alves de Paula Salineiro/2018

✓ **NBR 16537 - 7.8 - Sinalização tátil nas calçadas** 7.8.1 A sinalização tátil direcional deve ser utilizada contornando o limite de lotes não edificadas onde exista descontinuidade da referência edificada, como postos de gasolina, acessos a garagens, estacionamentos ou quando o edifício estiver recuado (Imagem 9).

Imagem 10: Rampa de acesso à entrada principal



Foto: Waldete Alves de Paula Salineiro/2018

✓ **NBR 9050** - 6.6 Rampas: 6.6.1 Gerais - São consideradas rampas às superfícies de piso com declividade igual ou superior a 5 %. Os pisos das rampas devem ser antiderrapantes. 6.6.2.7 - Em edificações existentes, quando a construção de rampas nas larguras indicadas ou a adaptação da largura das rampas for impraticável, as rampas podem ser executadas, com largura mínima de 0,90m e com segmentos, de no máximo 4,00 m de comprimento, medidas na sua projeção horizontal. No caso de mudança de direção, devem ser respeitados os parâmetros de área de circulação, e, manobra prevista. (Imagem 10).

Imagens 11 e 12: Rampas acessíveis a todas às salas



Foto: Waldete Alves de Paula Salineiro/2018



Foto: Waldete Alves de Paula Salineiro/2018

As imagens 11 e 12 exibem uma varanda que fica no piso inferior, nas laterais do edifício e que se abre para um pátio; é um lugar agradável, um jardim. Visualizam-se as rampas que construídas para acessibilidade e ligação dos prédios.

✓ **NBR 9050** - 6.6.2.8 Quando não houver paredes laterais, as rampas devem incorporar elementos de segurança, como guarda-corpo e corrimãos, guias de balizamento com altura mínima de 0,05m, instalados ou construídos nos limites da largura da rampa (Imagens 11 e 12).

Também foram construídos sanitários acessíveis (Imagem 13) e estacionamento com demarcação de acessibilidade (Imagem 14)

Imagem 13: Sanitário acessível



Foto: Waldete Alves de Paula Salineiro/2018

Imagem 14: Vaga de estacionamento universal



Foto: Waldete Alves de Paula Salineiro/2018

- ✓ **NBR 9050** - 7.10 O sanitário coletivo pode ter um boxe acessível, conforme Tabela 9, para uso preferencial de pessoas em cadeira de rodas, além de entrada independente. Para tanto, deve garantir área de circulação, manobra e aproximação para o uso das peças sanitárias (Imagem 13).
- ✓ **NBR 9050** - As vagas reservadas para veículo no estacionamento devem ser sinalizadas e demarcadas com o símbolo internacional de acesso ou a descrição de idoso, aplicado na vertical e horizontal. A borda inferior das placas instaladas deve ficar a uma altura livre entre 2,10 m e 2,50 m em relação ao solo (Imagem 14).

4.2 Casa do Artesão

A Casa do Artesão ocupa a esquina do cruzamento da Avenida Afonso Pena com a Avenida Calógeras, (antiga rua Santo Antônio, com referência à Igreja Santo Antônio, a primeira Igreja de Campo Grande), centro da capital (Imagem 15).

Imagem 15: Fachada Casa do Artesão - Av. Calógeras esq. c/ Av. Afonso Pena



Foto: Waldete Alves de Paula Salineiro/2018

O edifício foi construído entre 1918 e 1923 para ser residência e comércio, sob as ordens de Francisco Cetraro e Pasquele Cândida, com projeto do engenheiro Camilo Boni, tendo sido inaugurado em 1º de setembro de 1975 e reinaugurado em 20 de setembro de 1990, após restauração e revitalização, no governo de Garcia Neto. Em 1924 o local foi transformado na 1ª agência do Banco do Brasil no Estado e de 1938 a 1974, foi ocupado pela Recebedoria de Rendas do Estado (FCMS, 2016 apud GARCIA; CASTILHO; SALINEIRO, 2018).

A Casa do Artesão foi a primeira edificação tombada como patrimônio histórico estadual pelo Decreto n. 7863 de 13 de julho de 1994, durante o Governo de Pedro Pedrossian e, segundo dados da Fundação de Cultura, é uma unidade regional subordinada à Fundação de Cultura do Mato Grosso do Sul - FCMS, órgão da administração indireta do governo estadual, tendo como objetivo desenvolver e

apresentar serviços públicos que auxiliem e fomentem as atividades de artesanato no Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDAC, 2016).

O ecletismo chegou ao Brasil em meados do século XIX, apregoando a mistura de estilos do neoclássico com o gótico. Essa miscelânea estilística invadiu as cidades brasileiras. Assim, identificou-se que com o progresso, com a abundância, com a liberdade de escolha, abandonava-se a obediência a um só estilo, sinal de atraso próprio de outras épocas (LEMOS, 1979).

Quase todas as capitais brasileiras em expansão, no início do século XX, foram atingidas pelo ecletismo arquitetônico, bastante aceito pelas elites, gerando mistura de estilos, porém, com simetria e proporção.

Esse impulso desenvolvimentista verificado em 1920 atraiu migrantes construtores e a cidade de Campo Grande/MS cresceu com as contribuições profissionais desses trabalhadores, que tiveram aprendizado prático, geralmente em família. A arte de construir era seu grande ofício; a técnica vinha com a prática e muitos deles, chamados "frentistas" - responsáveis pela construção dos elementos clássicos das fachadas - participavam apenas na fase final de uma obra, para adornar as fachadas e transformar uma simples construção de alvenaria de tijolos em uma obra de arquitetura de estilo eclético, de acordo com Garcia, Castilho e Salineiro (2018) ao fazerem referência a Arruda (2002).

As residências foram marcadas pelo surgimento dos porões, que geravam privacidade e verticalidade à edificação; surgem os elementos arquitetônicos como platibanda, arco, bandeira e pináculos, com utilização de cores claras e tons pastel. Nesse mesmo período surge a infra-estrutura trazendo rede de água, esgoto, iluminação e transporte coletivo. A esquina chanfrada e conservação do alinhamento da via das edificações são valorizadas.

A Casa do Artesão possui embasamento em soco com degrau de acesso e corpo com ressaltos em rusticação, apresentando coberturas retangulares e moldura contínua de padieira (parte superior dos marcos de portas e janelas que firma as duas ombreiras). O coroamento (remate da fachada sobre o entablamento) é representado com arquitrave, friso e cornija (Imagem 16).

Muro de ático (é um elemento superior da fachada situado acima das cornijas) com platibandas e molduras encimadas, por frontões triangulares e abatidos interrompidos no vértice, inspirados no estilo eclético.

Imagem 16: Perspectiva da vista superior da Casa do Artesão



Fonte: Disponível em:
 <http://prezi.com/owh5q0ujte9m/?utm_campaign=share&utm_medium=>
 Acesso em: 10 nov. 2016.

É possível visualizar, na Imagem 16, que a fachada da Casa do Artesão possui as seguintes características de acabamento: muro de ático (elemento superior da fachada situado acima das cornijas) com platibandas (faixa horizontal que emoldura a parte superior de um edifício e que tem a função de esconder o telhado) e molduras encimadas por frontões triangulares e abatidos interrompidos no vértice. Tudo inspirado no contexto do ecletismo.

Garcia, Castilho e Salineiro (2018), em referência a Marques (2007), registram o seguinte:

Antes do restauro, as paredes encontravam-se instáveis e sem fundação. Atualmente, a fundação é de estaca manual e blocos, com acréscimo de estrutura metálica para a instalação dos mezaninos. As paredes são revestidas de argamassa; as aberturas originais possuíam quadros e vedos (vedação/ fechamento) de madeira e vidro; as atuais são de metal e vidro. A cobertura tem uma estrutura de madeira e telhamento cerâmico (GARCIA; CASTILHO; SALINEIRO, 2018, p. 5).

Tornou-se um assunto de suma importância a resolução de problemas relativos à acessibilidade, principalmente em Patrimônios Históricos, que são edificações de acesso ao público, sem restrições de mobilidade ou qualquer tipo de deficiência.

Os obstáculos que podem ser enfrentados pelas pessoas com restrições permanentes ou temporárias, no acesso à Casa do Artesão, é preocupante, pois a entrada principal destinada ao público se faz por meio de degraus, na porta, sem uma rampa de acesso (Imagem 17).

Imagem 17: Degraus no acesso principal e rampa na calçada, em desacordo com a norma - Av. Afonso Pena



Foto: Waldete Alves de Paula Salineiro/2018

✓ **NBR 9050** - 6.2 Acessos – Condições gerais 6.2.1 Nas edificações e equipamentos urbanos, todas as entradas, bem como as rotas de interligação às funções do edifício, devem ser acessíveis. 6.2.2 Na adaptação de edificações e equipamentos urbanos existentes, todas as entradas devem ser acessíveis e, caso não seja possível, desde que comprovado tecnicamente, deve ser adaptado o maior número de acessos. A entrada predial principal, ou a entrada de acesso do maior número de pessoas, tem a obrigatoriedade de atender a todas as condições de acessibilidade. O acesso por entradas secundárias somente é aceito se esgotadas todas as possibilidades de adequação da entrada principal e se justificado tecnicamente. 6.2.3 Os acessos devem ser vinculados através de rota acessível à circulação principal e às circulações de emergência. Os acessos devem permanecer livres de quaisquer obstáculos de forma permanente.

O acesso ao mezanino é feito por uma escada, impossibilitando um cadeirante de visitar o acervo que está no piso superior (Imagem 18).

Imagem 18: Acesso ao mezanino

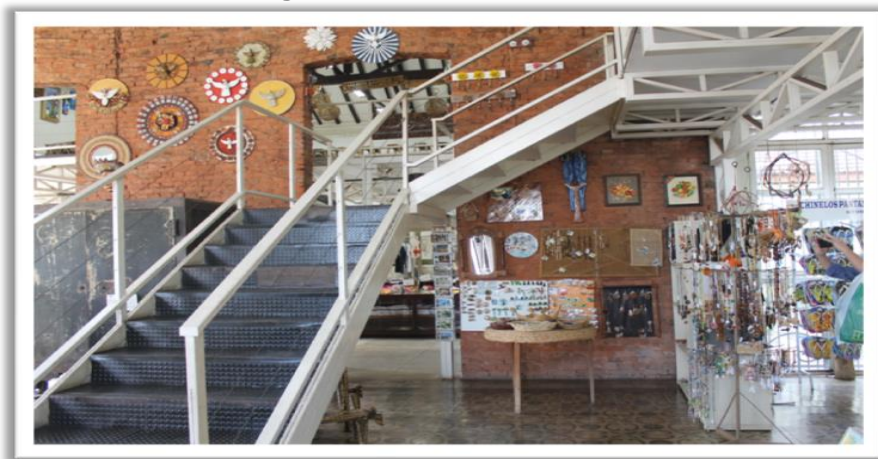


Foto: Waldete Alves de Paula Salineiro/2018

✓ **NBR 9050 - 6.7 - Degraus e escadas fixas em rotas acessíveis.** Quando houver degraus ou escadas em rotas acessíveis, estes devem estar associados a rampas ou equipamentos eletromecânicos de transporte vertical. Deve-se dar preferência à rampa. Os sanitários não são adaptados conforme a Norma Brasileira (NBR 9050) e os artesanatos expostos não possuem identificação especial para deficientes visuais (Imagens 19 e 20).

Imagem 19: Sanitário em desacordo com a NBR 9050



Foto: Waldete Alves de Paula Salineiro/2018

Imagem 20: Exposição de artesanatos



Foto: Waldete Alves de Paula Salineiro/2018

- ✓ **NBR 9050 - 7.10 - Sanitário coletivo** - O sanitário coletivo pode ter um boxe acessível, conforme Tabela 9, para uso preferencial de pessoas em cadeira de rodas, além do com entrada independente. Para tanto, deve garantir área de circulação, manobra e aproximação para o uso das peças sanitárias (Imagem 19).
- ✓ **NBR 9050 - 4.3.3 - Mobiliários na rota acessível** Mobiliários com altura entre 0,60 m até 2,10 m do piso podem representar riscos para pessoas com deficiências visuais, caso tenham saliências com mais de 0,10 m de profundidade (Imagem 20).

Imagem 21: Balcão de atendimento



Foto: Waldete Alves de Paula Salineiro/2018

O balcão de atendimento, informações e caixa da Casa do Artesão estão fora do padrão da altura recomendada para a acessibilidade (Imagem 21). Confira-se a Norma:

- ✓ **NBR9050 - 9.2.1 Balcão de atendimento - 9.2.1.4 Balcões de atendimento acessíveis** devem possuir superfície com largura mínima de 0,90 m e altura entre 0,75 m a 0,85 m do piso acabado, assegurando-se largura livre mínima sob a superfície de 0,80 m.

As ações de adaptação dos bens, no que se refere às intervenções para a acessibilidade, devem se revestir dos critérios de conservação, como restauro, reconstrução e valorização. Toda e qualquer intervenção para acessibilidade no

patrimônio cultural deverá obedecer, então, aos critérios impostos pelo conceito de adaptação (NBR9050 - 10.2 Bens tombados), ou seja, cometer danos mínimos, ou nenhum, aos valores e à consistência material do bem, além de avaliar alternativas de impacto nulo ou mínimo.

Além da acessibilidade, há outros aspectos que devem ser analisados, como a atratividade, por exemplo, uma vez que no contexto do Desenvolvimento Local a comunidade deve fazer parte da vida social dos cidadãos. O prédio construído em 1923 no estilo greco romano, conserva histórias interessantes por ainda conter no mesmo local um cofre de aço fabricado nos EUA na década de 1920, utilizado pelo Banco do Brasil ainda da época que foi instalada a 1ª agência do Banco do Brasil em Campo Grande MS.

Como ponto turístico, recebe visitantes de todo o mundo que buscam a originalidade e a beleza de peças criadas com matérias-primas e inspiração sul-mato-grossense.

A Casa do Artesão tem como objetivo a divulgação e comercialização do artesanato regional, que inclui desde licores de variados sabores até peças indígenas feitas pelos próprios índios da região, peças em argila retratando a fauna pantaneira, imagens sacras e artefatos produzidos por artesãos de todo o Estado.

O estudo realizado na Casa do Artesão em Campo Grande-MS proporcionou um olhar mais apurado sobre o ser humano e, à luz da hierarquia de valores, a integridade como pessoa humana, como membro construtivo de sua comunidade e agente de equilíbrio em seu meio geofísico.

4.3 Igreja de São Benedito Tia Eva

A história da Comunidade Tia Eva começou a ser escrita no mesmo período histórico da cidade de Campo Grande, no fim do século XIX.

Com a expectativa de uma nova vida, Eva Maria de Jesus, recém alforriada, saiu de sua cidade natal, no interior de Goiás, rumo a uma região pouco conhecida. Tia Eva não veio sozinha, chegou a Mato Grosso (ainda assim chamado, na época) em comitiva com outros negros, em Campos de Vacaria (como era chamada a cidade de Campo Grande), na região da Mata do Segredo, próximo aos córregos Segredo e Cascudo; por aqui estabeleceu uma comunidade quilombola. A ex-

escrava foi acometida por uma chaga na perna direita; não havendo possibilidade de cura, fez a promessa de que, se curada, construiria uma capela em agradecimento a São Benedito, o santo protetor dos negros.

Nessa capela (Imagem 22), celebraria a novena em maio, mês do santo, pelo resto de sua vida, assim como os seus descendentes, que perpetuariam seu desejo.

Imagem 22: Fachada Igreja São Benedito - Tia Eva



Foto: Waldete Alves de Paula Salineiro/2018

A igrejinha teve sua construção finalizada em 1912, mas somente em 1919 é que aconteceu, de fato, sua inauguração oficial, data registrada em reboco, na entrada da igrejinha. Pequena, com área de 4,50m x 6,50m, a edificação possui duas janelas e uma porta do lado esquerdo, uma janela e uma porta do lado direito e duas torres frontais. Seus construtores são anônimos.

Em 26 de abril de 2008, a comunidade negra da Igrejinha de São Benedito, recebeu a entrega da certidão de auto definição como comunidade remanescente de quilombo, publicada pela Fundação Cultural dos Palmares (FCP,2008).

Imagem 23: Cruz que representa o cemitério - Tia Eva



Foto: Waldete Alves de Paula Salineiro/2018

Em frente da capela havia um pequeno cemitério (Imagem 23), cujo espaço foi cedido para um campo de terra. Os restos mortais de Tia Eva, suas filhas e seus descendentes, antes ali sepultados, foram retirados e acomodados em uma urna, atualmente depositada dentro da capela.

Relatos orais comprovam que a pequena igreja de São Benedito foi uma das primeiras a serem construídas em Campo Grande. Antes da construção dessa capela, as orações eram realizadas sob a sombra de árvores (MATOS, 2003).

Em maio de 2003, a comunidade recebe um busto em homenagem a Tia Eva (Imagem 24).

Imagem 24: Busto em homenagem a Tia Eva



Foto: Waldete Alves de Paula Salineiro/2018

Esse busto resulta do trabalho de uma artista plástica, Maria de Oliveira, que, após dois anos de estudos identificou uma bisneta chamada Nadir Antônia da Silva, já falecida, cujo rosto se aproximava do da Tia Eva.

A comunidade São Benedito possui uma história que permanece nos relatos orais da comunidade. Por meio das práticas sociais compartilhadas ao longo do tempo, os moradores construíram o espaço da comunidade.

A Igreja, a imagem de São Benedito esculpida em madeira, a festa e as manifestações de religiosidade são bens que a comunidade campo-grandense possui, desfrutando do espaço e território transformado em patrimônio cultural, além da convivência em comunidade.

A Igreja de Tia Eva foi reconhecida pelo Poder Público como parte do “Patrimônio Público Estadual e Municipal” tornando-se, assim, a primeira construção com essas características religiosas a ser tombada em Mato Grosso do Sul.

Para Matos e Kashimoto (2003, p. 11-12), a análise de compreensão é de que “a história dessa comunidade destaca a religião como um dos aspectos culturais de grande relevância para a referência do passado local, ao mesmo tempo em que mantém viva a continuidade de cumprimento de uma promessa”.

As criações materiais e imateriais deste grupo, nas relações intra e intergrupais, caracterizam uma cultura local singular. A Igreja de São Benedito, manifestação da história local, integra a referência identitária de Campo Grande.

De acordo com a pesquisa feita no material do arquivo pessoal de Tereza da Penha, essa capela já recebeu algumas modificações como, por exemplo, a troca de uma das janelas por outra mais moderna, a substituição do piso de chão batido por piso de cerâmica e, ainda, a colocação de forro de madeira. A inscrição da parede frontal da igreja – 1919 -, antes em alto relevo, agora é em metal.

Esse Patrimônio Histórico Cultural, entretanto, apresenta diversos problemas relacionados à acessibilidade.

A capela está rodeada por calçadas de alvenaria com degraus (Imagens 25 e 26), o que impossibilita o acesso universal. No interior da igreja, o acesso ao altar também é comprometido, haja vista que é feito por meio de degrau, sem o recurso da rampa (Imagem 27). Seguem-se, então, as imagens que ilustram a existência desses problemas de acessibilidade.

Imagem 25: Acesso à igreja com degraus

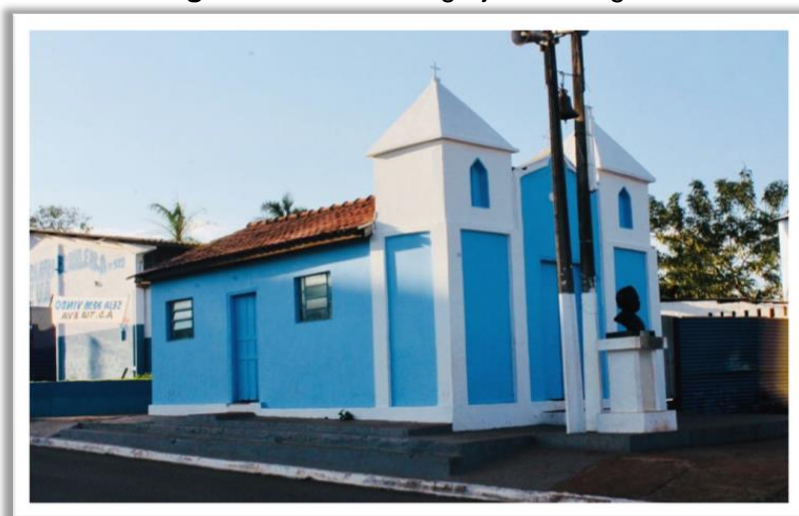


Foto: Waldete Alves de Paula Salineiro/2018

Imagem 26: Calçada externa com vários degraus



Foto: Waldete Alves de Paula Salineiro/2018

- ✓ **NBR 9050 - 6.2 Acessos – Condições gerais** 6.2.1 Nas edificações e equipamentos urbanos, todas as entradas, bem como as rotas de interligação às funções do edifício, devem ser acessíveis. 6.2.2 Na adaptação de edificações e equipamentos urbanos existentes, todas as entradas devem ser acessíveis e, caso não seja possível, desde que comprovado tecnicamente, deve ser adaptado o maior número de acessos. A entrada predial principal, ou a entrada de acesso do maior número de pessoas, tem a obrigatoriedade de atender a todas as condições de acessibilidade. 6.2.3 Os acessos devem ser vinculados através de rota acessível à circulação principal e às circulações de emergência. Os acessos devem permanecer livres de quaisquer obstáculos de forma permanente.

Imagem 27: Degrau para acesso ao altar

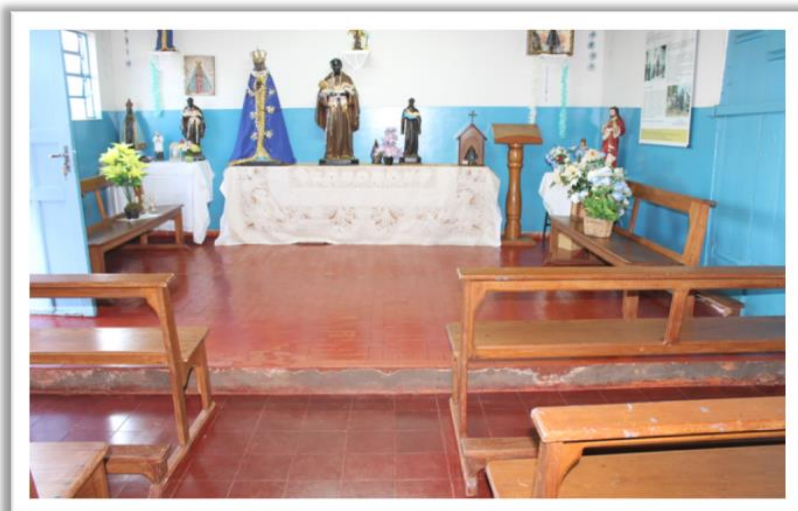


Foto: Waldete Alves de Paula Salineiro/2018

✓ **NBR9050 - 10.2.2** No caso de sítios, áreas ou elementos considerados inacessíveis ou com visitação restrita, deve-se garantir o acesso por meio de informação visual, auditiva ou tátil, das áreas ou dos elementos, cuja adaptação seja impraticável, com a divulgação das condições de acessibilidade, do bem patrimonial, informadas com antecedência ao visitante e vinculada a todo material publicitário.

Na parte dos fundos da Igreja foi construído um salão para receber os festeiros; o salão já foi demolido duas vezes, antes de ter o formato atual: primeiramente era de madeira; depois, de alvenaria, porém com precária infraestrutura; atualmente o espaço é amplo, com rampa no acesso principal (Imagem 28), construído pela Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS.

Imagem 28: Acesso ao centro comunitário com rampa



Foto: Waldete Alves de Paula Salineiro/2018

✓ **NBR 9050** - 6.1 Rota acessível - 6.1.1 Geral - 6.1.1.1 As áreas de qualquer espaço ou edificação de uso público ou coletivo devem ser servidas de uma ou mais rotas acessíveis. As edificações residenciais multifamiliares, condomínios e conjuntos habitacionais necessitam ser acessíveis em suas áreas de uso comum. 6.1.1.2 A rota acessível é um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos e internos de espaços e edificações, e que pode ser utilizada de forma autônoma e segura por todas as pessoas. A rota acessível externa incorpora estacionamentos, calçadas e outros elementos da circulação.

Conforme se observa, a acessibilidade à igreja São Benedito Tia Eva é prejudicada pelos obstáculos mencionados, contudo, existem decisões e projetos com o intuito de torná-la acessível, tendo em vista que uma edificação de valor patrimonial precisa ser trabalhada, com base nas normas e leis de conservação patrimonial.

O estudo prévio das legislações envolvidas é substancial, mas não esgota a necessidade de um caminho, um método que possibilite ao profissional se ater às principais características históricas do imóvel e das irregularidades existentes, compatibilizando-as, a fim de designar propostas de caráter conciliador e que possibilitem o usufruto dos espaços por todos os usuários.

Evidenciou-se, na pesquisa, uma série de aspectos referentes ao desenvolvimento local, que m questões humanas (acessibilidade), territoriais, religiosas, de memória, de cultura, de identidade patrimonial, de tradição, entre outras, que perfazem o ambiente.

4.4 Escola Estadual Maria Constança Barros Machado

Em 1953, o Governo do estado iniciou a construção da Escola Estadual Maria Constança de Barros Machado, localizada na rua Marechal Candido Mariano, bairro Amambaí, nas proximidades da antiga rodoviária de Campo Grande. Foi projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer, que optou por uma composição multivolumétrica, com diversas partes que, unidas por elementos de arquitetura - passarelas cobertas, circulações, pisos - formam um conjunto arquitetônico com características marcantes (Imagem 29).

Imagem 29: Fachada: Marechal Cândido Mariano Rondon



Foto: Waldete Alves de Paula Salineiro/2018

O Colégio Maria Constança, que teve três nomes anteriores – Liceu Campo-grandense, Ginásio Campo-grandense, Colégio Estadual Campo-grandense -, contribuiu para as modificações da arquitetura da cidade. A obra foi edificada pela Construtora Comércio Ltda., cujos responsáveis técnicos foram os engenheiros Hélio Baís Martins e José Garcia Netto. A obra foi fiscalizada pelo arquiteto João Thimóteo da Costa, do Departamento de Obras do Governo em Cuiabá (ARRUDA, 2000).

Projetada desde o princípio para ser uma edificação escolar, a escola foi inaugurada em 26 de agosto de 1954, data do aniversário de Campo Grande, cedeu, inclusive, suas salas para que fossem ministradas as aulas teóricas da Faculdade de Farmácia e Odontologia, criada em 1962 e que deu origem à Universidade Federal de Mato Grosso, atual Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS.

Por volta da década de 50 do século passado, a cidade de Campo Grande ainda apresentava uma arquitetura pouco variada, com predominância dos estilos Ecléticos e Art Nouveau. Com a criação do estado de Mato Grosso do Sul e a consequente transformação da cidade em capital, começam a surgir as primeiras manifestações da arquitetura moderna na região (ARRUDA, 2000). Ainda segundo o autor, nas décadas subsequentes, após adquirir o status de Capital, a cidade recebeu uma demanda de novos profissionais, o que a impulsionou em direção ao crescimento.

Nesse processo, a crescente urbanização de novas áreas na cidade coloca a arquitetura como elemento de destaque no desenvolvimento social, trazendo o projeto da escola estadual Maria Constança Barros Machado como primeira obra de arquitetura moderna da cidade.

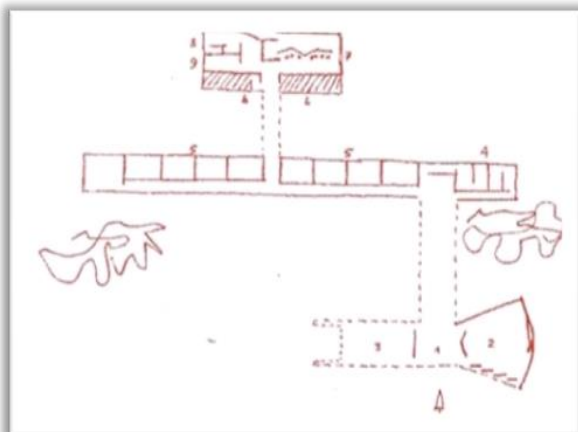
A edificação com vista aérea representa um livro aberto (Imagem 30); um palito branco, posicionado na entrada, traz a ideia de um lápis. No interior, o corredor extenso traz à mente a imagem de uma régua (Imagem 31). O auditório, construído na parte da frente, representa um mata-borrão. Do alto, na representação por croqui, é possível notar que os itens que costumavam compor o material escolar da época ficam ainda mais em evidência (Imagem 32).

Imagem 30: Fachada rua: Marechal Cândido Mariano Rondon



Fonte: Minamar Junior/Arquivo Capital News/2016

Imagem 31: Croqui de Oscar Niemeyer



Fonte: campograndenews.com.br/2017

Imagem 32: Vista aérea Colégio em 1960



Fonte: campograndenews.com.br/2017

Considerada um marco da arquitetura moderna em Campo Grande, além de um ícone da educação na cidade, é hoje Patrimônio Histórico da capital, tendo sido tombada pela Resolução SECE de 03/07/1997 (CASTILHO; SANTOS, 2016).

Para que não fosse considerada apenas a ótica do usuário, foram constatados alguns aspectos arquitetônicos mediante verificação *in loco*. Desta forma, foi possível observar os diferentes níveis de conscientização quanto às leis e normas referentes à acessibilidade, além das medidas que não foram tomadas, no tocante à previsão de adequação e eliminação de barreiras para livre circulação no entorno e interior.

O acesso à escola se faz através de calçada sem rebaixamento junto à faixa de pedestre, o que impossibilita a travessia de pessoas em cadeira de rodas. A rua lateral é inclinada, a calçada não é adequada, contém buracos e obstáculos que impedem o acesso de pessoas com deficiência motora. (Imagens 33 e 34).

Imagem 33: Calçada externa sem rampa



Foto: Waldete Alves de Paula Salineiro/2018

Imagem 34: Calçada com buracos



Foto: Waldete Alves de Paula Salineiro/2018

NBR 9050 - 6.12 - Circulação externa Calçadas e vias exclusivas de pedestres devem ter piso conforme 6.3 e garantir uma faixa livre (passeio) para a circulação de pedestres sem degraus. 6.12.7.3 Rebaixamento de calçadas os rebaixamentos de calçadas devem ser construídos na direção do fluxo da travessia de pedestres. A inclinação deve ser constante e não superior a 8,33 % (1:12) no sentido longitudinal da rampa central e na rampa das abas laterais. A largura mínima

do rebaixamento é de 1,50 m. O rebaixamento não pode diminuir a faixa livre de circulação, de no mínimo 1,20 m, da calçada.

A partir destas observações, pode-se evidenciar a falta de preparo técnico mais aprofundado, tendo como exemplo as imagens que mostram desde o acesso principal à edificação como também os obstáculos: rampas com inclinação elevada e sem corrimãos, grelhas sem proteção e mal posicionadas, calçadas irregulares (Imagem 35), falta de manutenção geral na edificação, acesso a quadra de esportes com degraus sem rampas (Imagem 36).

Imagem 35: Acesso às salas de aulas



Foto: Waldete Alves de Paula Salineiro/2018

✓ **NBR9050 - 6.6 Rampas** 6.6.1 Gerais São consideradas rampas às superfícies de piso com declividade igual ou superior a 5 %. 6.3. 6.6.2 Dimensionamento para garantir que uma rampa seja acessível, são definidos os limites máximos de inclinação, os desníveis a serem vencidos e o número máximo de segmentos. 6.6.2.1 As rampas devem ter inclinação de acordo com os limites estabelecidos inclinação entre 6,25 % e 8,33 %. 6.6.2.2 Em reformas, quando esgotadas as possibilidades de soluções, podem ser utilizadas inclinações superiores a 8,33 % (1:12) até 12,5 % (1:8). 6.9.2.1 Os corrimãos devem ser instalados em rampas e escadas, em ambos os lados, a 0,92 m e a 0,70 m do piso, medidos da face superior até o ponto central do piso do degrau (no caso de escadas) ou do patamar (no caso de rampas).

Imagem 36: Acesso à quadra de esportes



Foto: Waldete Alves de Paula Salineiro/2018

Observa-se, pelas imagens a seguir, que há um banheiro acessível, porém, trancado e em desacordo com a NBR9050 (Imagem 37); os bebedouros e lavatórios estão instalados com altura inadequada à acessibilidade (Imagens 38 e 39).

Imagem 37: Banheiro acessível em desacordo com a norma



Foto: Graciana/2017

Imagem 38: Grelha sem proteção bebedouro mal posicionado



Foto: Waldete Alves de Paula Salineiro/2018

✓ **NBR9050 - 7.10** - Sanitário coletivo é de uso de pessoas com mobilidade reduzida e para qualquer pessoa. Pode ter um boxe acessível, para uso preferencial de pessoas em cadeira de rodas, além da entrada independente. Para tanto, deve garantir área de circulação, manobra e aproximação para o uso das peças sanitárias. 6.3.5 Grelhas e juntas de dilatação. Em rotas acessíveis, as grelhas e juntas de dilatação devem estar fora do fluxo principal de circulação. Quando não possível tecnicamente, os vãos devem ter dimensão máxima de 15 mm, devem ser instalados perpendicularmente ao fluxo principal ou ter vãos de formato quadriculado/circular, quando houver fluxos em mais de um sentido de circulação.

Imagem 39: Bebedouro - altura inadequada



Foto: Waldete Alves de Paula Salineiro/2018

✓ **NBR 9050 - 8.5 Bebedouros - 8.5.1.1** A bica deve ser do tipo de jato inclinado, estar localizada no lado frontal do bebedouro, permitir a utilização por meio de copos e ser de fácil higienização. 8.5.1.2 Deve-se instalar bebedouros com no mínimo duas alturas diferentes de bica, sendo uma de 0,90 m e outra entre 1,00 m e 1,10 m em relação ao piso acabado. 8.5.1.3 O bebedouro de altura de bica de 0,90 m deve ter altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso acabado, e deve ser garantida a aproximação frontal.

Quanto à acessibilidade, pode-se notar pouco empenho dos administradores, em todas as instâncias referentes à escola como patrimônio histórico e cultural, até a real vontade política para que essas questões sejam solucionadas.

Para proporcionar aos usuários rota acessível, foi instalada, há pouco mais de dois anos, travessia com faixa de segurança elevada (Imagem 40), garantindo continuidade de percurso entre os passeios de acesso à escola.

Imagem 40: Travessia com faixa de segurança elevada



Foto: Waldete Alves de Paula Salineiro/2018

✓ **NBR9050** - 6.12.7 Travessia de pedestres em vias públicas ou em áreas internas de edificações ou espaços de uso coletivo e privado. As travessias de pedestres nas vias públicas ou em áreas internas de edificações ou espaços de uso coletivo e privativo, com circulação de veículos, podem ser com redução de percurso, com faixa elevada ou com rebaixamento da calçada.

Entende-se a educação solidária (levar cidadania e solidariedade às comunidades onde está inserida a escola) como elemento fundamental no processo de formação para o crescimento pessoal dos membros da sociedade, de forma que, a partir de explicações e exemplos, possam tornar-se formadores de opinião, com capacidade de influenciar e motivar as gerações futuras para as questões de inclusão social e promoverem acesso livre, uso e apropriação cultural a mais pessoas, aumentando o interesse de maior parcela da população em também conservá-los.

Tal como visto, o processo de sensibilização para a inclusão social, dentro da comunidade da Escola Estadual Maria Constança de Barros Machado, ainda que modesto, poderá vir a ser objeto de um consenso mais amplo cujo maior desafio será valorizar as necessidades básicas humanas, promovendo uma abordagem local do desenvolvimento.

4.5 Loja Maçônica Oriente Maracaju

A Loja Maçônica Oriente Maracaju é uma loja simbólica, inaugurada em 24 de outubro de 1924, localizada à Avenida Calógeras, 1952, no Centro de Campo Grande/MS (Imagem 41).

Idealizada por Eduardo Santos Pereira, foi construída entre 1923 e 1924 por Camillo Boni, engenheiro italiano responsável direto pela obra.

Imagem 41: Fachada principal Av. Calógeras

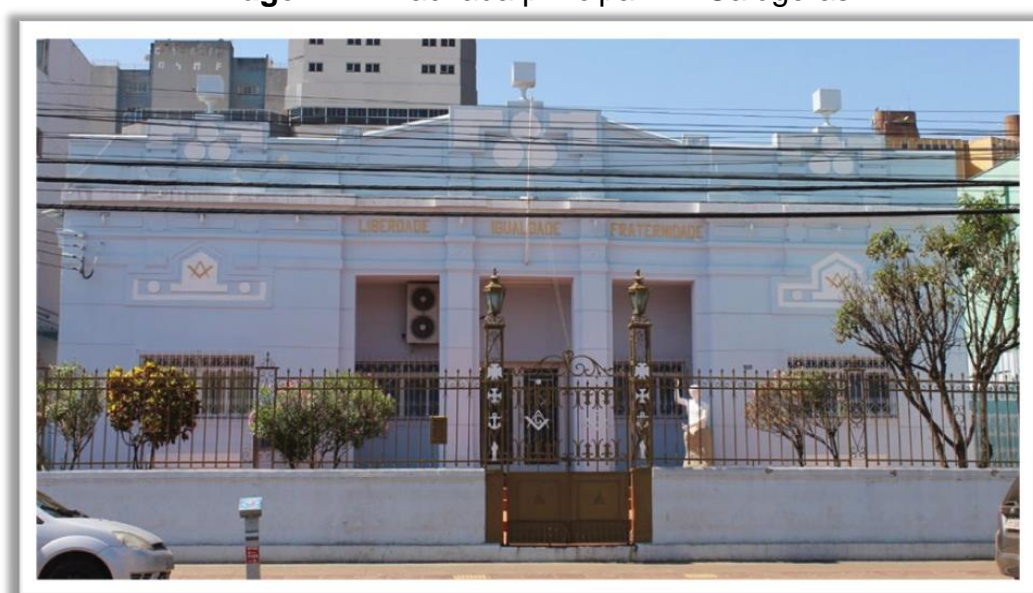


Foto: Waldete Alves de Paula Salineiro/2018

Entre julho e outubro de 1932, sediou o governo revolucionário do "Estado de Maracaju", onde eram tomadas todas as decisões políticas. O "Estado de Maracaju" era uma federação criada sem autorização da União, na época da Revolução Constitucionalista de 1932, deflagrada em São Paulo. Essa criação revolucionária tinha o objetivo de apoiar os paulistas, configurando-se no primeiro movimento de pretensões separatistas em relação ao governo de Cuiabá (CASTILHO; SANTOS, 2016).

Trata-se de uma obra de estilo eclético de grande valor histórico, concebida por um construtor italiano, Emílio de Rose, cunhado de Alexandre Tognini (construtor que contribuiu para modernizar a arquitetura e a construção de 1930 a 1940). Emílio Rose foi o responsável, segundo Alexandre Tognini, pela introdução

dos portões de ferro em Campo Grande (Imagem 42), sempre bem trabalhados, com detalhes que enriqueciam a arquitetura do edifício (ARRUDA, 2002).

Imagem 42: Portão de Ferro



Foto: Waldete Alves de Paula Salineiro/2018

Emílio de Rose era um construtor frentista⁴, (Imagem 43) especialista em enfeitar as fachadas com platibandas, cimalhas, acabamento de telhados, colocação harmônica de portas e janelas (MACHADO, 2000).

Imagem 43: Detalhes Fachada Principal



Foto: Waldete Alves de Paula Salineiro/2018

⁴ Construtores frentistas - como eram chamados pela sociedade os profissionais que adornavam e embelezavam as fachadas com motivos decorativos da arquitetura Art Nouveau ou Neoclássica, de origem europeia, tendo o domínio da construção civil em Campo Grande, durante a década de 20. Os adornos de fachadas estão, ainda, espalhados nas testeadas de vários edifícios centrais, como: a Casa do Artesão e a Loja Maçônica do Oriente construídas em 1920. [ARRUDA, 2000]

Primeira Loja Maçônica de Campo Grande/MS, a Loja Maçônica Oriente Maracaju foi tombada como patrimônio histórico estadual pela Lei Estadual nº 3406 de 30 de julho de 2007, pelo prefeito Nelson Trad Filho. O registro tem o seguinte texto:

Art. 1º Fica tombado e assim inscrito nos respectivos Livros de Tombo do Patrimônio Histórico e Cultural de Campo Grande o imóvel situado na Av. Calógeras nº 1952, atual sede da Loja Maçônica "Oriente Maracaju", nesta Capital.

Art. 2º É proibida a demolição, destruição, mutilação, ampliação, modificação da fachada e do telhado, sem prévia autorização da Fundação Municipal de Cultura, sob pena de multa de 50% (cinquenta por cento) do dano causado.

Parágrafo Único - As dependências internas do prédio podem ser reformadas ou alteradas, desde que não danifiquem a fachada e o telhado original comprovado a necessidade de manutenção do patrimônio histórico.

Art. 3º É vedada a alienação do imóvel sem prévia oferta ao Município de Campo Grande, para que exerça seu direito de preferência à aquisição, através de notificação extrajudicial.

Parágrafo Único - Será nula a alienação que se fizer com violação deste artigo, ficando o titular do direito de preferência habilitado a promover a respectiva ação judicial, e a impor a multa de 20% (vinte por cento) do seu valor ao transmitente e ao adquirente, que serão por ela solidariamente responsáveis.

Art. 4º As empresas de saneamento, energia elétrica e telefonia, quando necessitarem executar alguma obra no local, deverão comunicar com antecedência a administração do prédio e a municipalidade.

Art. 5º O imóvel integrante do patrimônio histórico e cultural ora tombado, fica isento de pagamento de IPTU, conforme dispõe o Código Tributário do Município.

Com o prédio devidamente inscrito nos respectivos livros de tomo do estado, passou a ser proibida a sua demolição, destruição ou mutilação, ampliação, modificação da fachada e do telhado, e reforma de piso, sem prévia autorização da Secretaria de Estado de Cultura. Após a assinatura do decreto de tombamento, o prédio passou a ser declarado bem de interesse histórico e cultural, integrando-se às comemorações da luta pela democratização do país e, também, garantia dos valores dos homens e das coisas que fizeram a história sul-mato-grossense.

Mato Grosso do Sul - dia nove de julho de 1932, começava em São Paulo a Revolução Constitucionalista, apoiada pelo Sul de Mato Grosso, cujas lideranças instalavam no dia 11 de julho de 1932 neste templo maçônico, o governo do Estado de Maracaju (Imagem 44). Esta foi a primeira tentativa concreta de autonomia do sul. Essa epopéia cívica de redemocratização do país durou apenas 82 dias,

mas ganhou força suficiente para meio século após fazer surgir o Estado de Mato Grosso do Sul explicou o historiador Hildebrando Campestrini, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (LOPES, 2010).

Imagem 44: Placa informativa - fachada principal



Foto: Waldete Alves de Paula Salineiro/2018

A Loja Maçônica contribuiu de forma efetiva para o desenvolvimento da cidade, auxiliando na fundação e construção da Igreja Matriz de Santo Antônio, entre outras (CASTILHO; SANTOS, 2016).

A importância do Templo Maçônico, o requinte das colunas geometricamente distribuídas pelo espaço majestoso do ambiente, os degraus que levam ao plano mais alto onde se sentam as autoridades, a pintura no teto fazendo alusão ao céu, definem a seriedade e o respeito que se deve ter ao adentrar um local tão sério, que guarda muitas histórias muitas vezes não reveladas [...]. (LOPES, 2010).

A Loja Maçônica, como a maioria dos edifícios tombados em Campo Grande/MS, foi construída sem que se tenham consideradas as questões de acessibilidade. Essa situação perdura, apesar da aprovação recente de novas leis e normas técnicas, devido tanto à complexidade do problema quanto à dificuldade de adequar uma edificação tombada. A falta de uma formação profissional que contemple esses conteúdos dificulta a compreensão das necessidades advindas das

diferentes deficiências, assim como a elaboração de soluções para organizações espaciais diversas.

A facilidade em compreender os problemas ligados à mobilidade faz com que, muitas vezes, seja desconsiderada a busca de soluções para problemas mais complexos, tais como acesso à informação e orientação espacial, especialmente relevante para pessoas com deficiências.

O acesso à edificação apresenta obstáculos provocados pela presença de degraus. A Imagem 45 mostra o acesso principal à Loja Maçônica.

Imagem 45: Degraus no acesso à Loja Maçônica



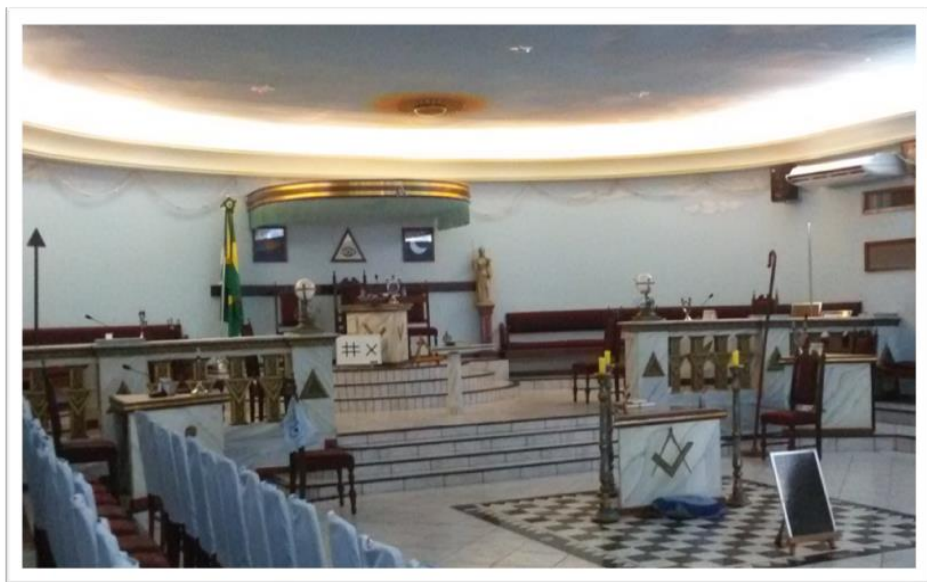
Foto: Waldete Alves de Paula Salineiro/2018

O conceito de “Rota Acessível” consiste no percurso livre de qualquer obstáculo de um ponto a outro (origem e destino) e compreende uma continuidade e abrangência de medidas de acessibilidade. Para que as Pessoas com Deficiência possam se locomover pelos ambientes urbanos de uma cidade e introduzir seu corpo, não pode haver quaisquer barreiras de acessibilidade que dificultem o seu caminhar. “A ‘Rota Acessível’ tem sido considerada como fator preponderante para a classificação de espaços inclusivos em nossas pesquisas” (DUARTE; COHEN, 2004).

Observem-se, a seguir, as imagens pertencentes à Loja Maçônica em questão, que denunciam algumas falhas em relação à acessibilidade de alguns

espaços internos e externos. Na Imagem 46 visualiza-se uma série de degraus que representam obstáculo intransponível para pessoas com limitações de mobilidade.

Imagem 46: Oriente acesso ao trono



Fonte: SECTUR/2017

Um obstáculo de semelhante dimensão pode ser observado na entrada de acesso à Loja (Imagem 47). No acesso secundário (Imagem 48) também é possível identificar dificuldade em relação à acessibilidade, com a instalação de uma grelha de captação de águas pluviais em desacordo com a NBR 9050.

Imagem 47: Acesso à Loja



Fonte: SECTUR/2017

Imagem 48: Acesso lateral



Fonte: SECTUR/2017

✓ **NBR 9050** - 6.2 Acessos – Condições gerais 6.2.1 Nas edificações e equipamentos urbanos, todas as entradas, bem como as rotas de interligação às funções do edifício, devem ser acessíveis. 6.2.2 Na adaptação de edificações e equipamentos urbanos existentes, todas as entradas devem ser acessíveis e, caso não seja possível, desde que comprovado tecnicamente, deve ser adaptado o maior número de acessos. Nestes casos a distância entre cada entrada acessível e as demais não pode ser superior a 50 m. A entrada predial principal, ou a entrada de acesso do maior número de pessoas, tem a obrigatoriedade de atender a todas as condições de acessibilidade. O acesso por entradas secundárias somente é aceito se esgotadas todas as possibilidades de adequação da entrada principal e se justificado tecnicamente. 6.3.5 Grelhas e juntas de dilatação em rotas acessíveis, as grelhas e juntas de dilatação devem estar fora do fluxo principal de circulação. Quando não possível tecnicamente, os vãos devem ter dimensão máxima de 15 mm, devem ser instalados perpendicularmente ao fluxo principal ou ter vãos de formato quadriculado/circular, quando houver fluxos em mais de um sentido de circulação.

A entrada de um edifício de uso público, como a Loja Maçônica, necessita atender à norma e propiciar boas condições de deslocamento, incluindo rampas e corrimãos, além de disponibilizar informação acessível a todos, na forma de pictogramas e textos em Braille, que podem ser reconhecidos por pessoas com deficiência.

Com base nas abordagens aqui apresentadas, considera-se que sempre será possível submeterem-se os edifícios de patrimônio histórico e cultural a alterações e adaptações necessárias; ainda que elas não sejam suficientes para resolver totalmente os problemas, podem amenizar ou diminuir as dificuldades existentes.

Sendo o patrimônio um bem que define a identidade cultural e que, por essa razão, gera um sentimento de orgulho para a comunidade, é importante que a população se interesse e se preocupe com a conservação e o acesso a esse tipo de local. Ressalta-se, portanto, que tal conscientização é um exercício de interação entre a população e o patrimônio local.

5 DISCUSSÕES E REFLEXÕES SOBRE OS DADOS COLETADOS

Esta pesquisa teve como objeto indagar a população campo-grandense, com a finalidade de analisar o conhecimento que têm e a importância que é dada ao patrimônio histórico e cultural tombado na esfera estadual de Campo Grande/MS. Além disso, intencionou-se fazer uma análise da adaptação dos locais que constituem esse patrimônio à acessibilidade, evidenciando a reabilitação do espaço, a integração da comunidade e a inclusão de pessoas com deficiências e mobilidade reduzida na sociedade.

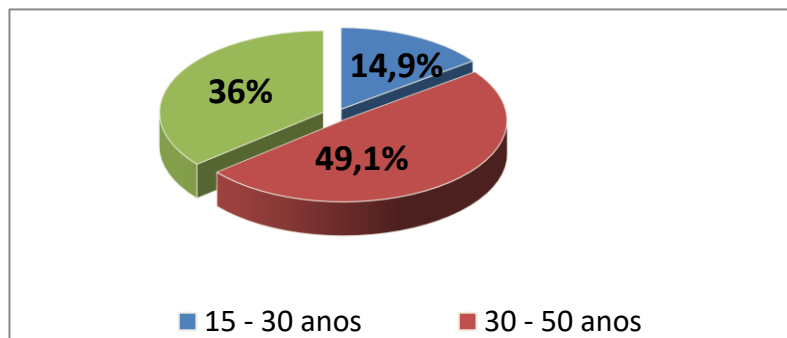
Esta parte do estudo apresenta dados coletados na pesquisa, que foram gerados com aplicação de questionários (Apêndice A), por meio do método dedutivo (vai-se do geral para o particular). De acordo com Andrade (2003, p.131), a "dedução é o caminho das consequências, pois uma cadeia de raciocínio em conexão descendente, isto é, do geral para o particular, leva à conclusão". As pessoas puderam responder a questões fechadas, com alternativas já pré-fixadas, e também a questões abertas, que propiciaram aprofundamento das questões e a exposição de opiniões pessoais. A pesquisa teve a aprovação da Plataforma Brasil através do parecer consubstanciado pelo Comitê de Ética e Pesquisa.

A coleta de dados foi realizada durante o mês de agosto/2018; os questionários foram disponibilizados através do *Google Forms* e divulgados, ao público-alvo, por *e-mail* e pelo *Whatsapp*; solicitava-se, por meio desses recursos, que o questionário fosse transmitido a outros visitantes e/ou usuários do patrimônio histórico e cultural, optando-se, assim, pela modalidade de inquérito auto administrado, que dispensa a presença do entrevistador e torna mais fácil a sua realização. O questionário foi submetido à Plataforma Brasil⁵, sendo este aceito pelo Comitê de Ética em Pesquisa com uma cópia do parecer consubstanciado em anexo na pesquisa (Anexo A) Foram respondidos 116 questionários, utilizando-se a técnica de amostragem por conveniência, ou seja, não probabilística. Os dados são apresentados por meio de gráficos, acompanhados da descrição analítica.

⁵ A Plataforma Brasil é uma base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos para todo o sistema. Ela permite que as pesquisas sejam acompanhadas em seus diferentes estágios - desde sua submissão até a aprovação final pelo Comitê de Ética em Pesquisa, quando necessário - possibilitando inclusive o acompanhamento da fase de campo, o envio de relatórios parciais e dos relatórios finais das pesquisas (quando concluídas).

A fim de se ter visão da faixa etária que tem mais interesse sobre o assunto acessibilidade e patrimônio, estabeleceram-se três grupos que se manifestaram de forma variada; o grupo majoritário (49,1%) foi o de 30 a 50 anos (Gráfico 1).

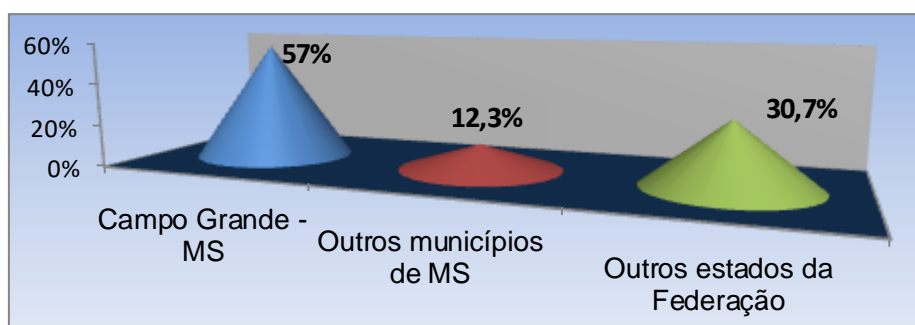
Gráfico 1 - Idade dos respondentes



Considerando que Campo Grande é uma cidade de várias identidades, construída a partir de movimentos migratórios constantes de grupos e famílias que buscavam melhores trabalhos e melhores ganhos, julgou-se importante identificar a procedência das pessoas que responderam ao questionário, se seriam naturais ou não de Campo Grande (Gráfico 2). Ter a consciência da história de Campo Grande e da importância da imigração desses povos acaba sendo essencial para o apreço da identidade de um povo.

A identidade coletiva e o sentimento de pertença territorial estão diretamente ligados aos valores culturais mantidos em comum. As pessoas que evidenciam traços culturais semelhantes costumam desenvolver usos, costumes e modos de agir em consonância com o público maior, ou seja, “as que compartilham uma mesma cultura apresentam o que se chama de identidade cultural” (OLIVEIRA, 2010, p 185).

Gráfico 2 - Local de procedência

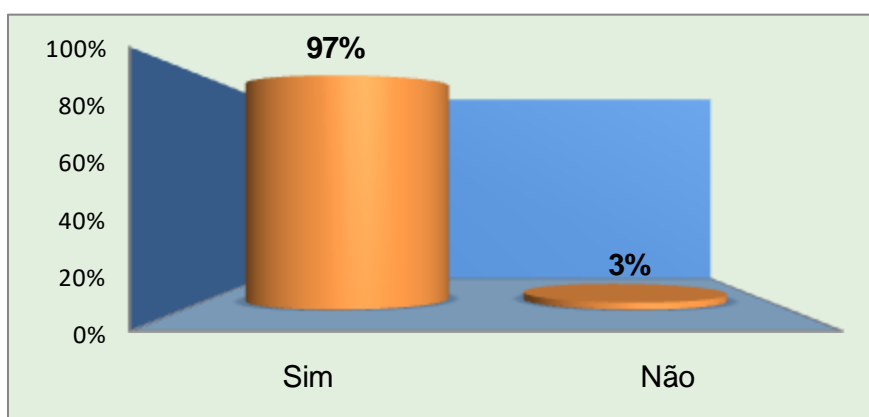


Para atingir o foco central deste trabalho foi considerado importante coletar entrevistas de atores sociais que têm sua vida relacionada à cidade de Campo Grande MS, tendo em vista que somente por meio do resgate de suas memórias, conjugado aos precários registros documentais históricos das edificações pesquisadas, poderiam emergir as percepções mais complexas, no que tange ao patrimônio cultural, muitas vezes renegado a simples espaços públicos. Contudo, quando desvendados em seu íntimo, essas memórias revelam a identidade cultural de um povo e o desenvolvimento do local.

Vale lembrar que com o auxílio do Google.docs e a possibilidade de utilizar a web para enviar os formulários através de um link de acesso, houve algumas respostas de outros municípios de MS, sendo que a maioria são provenientes de Campo Grande MS, com 97% das respostas, 3% de outros municípios de MS (Gráfico 3).

No processo de participação dos projetos de desenvolvimento e valorização dos bens patrimoniais, as pessoas atribuem sentido a tais bens, com base em compreensões coletivas construídas historicamente, portanto de ordem cultural (LACERDA, 2012).

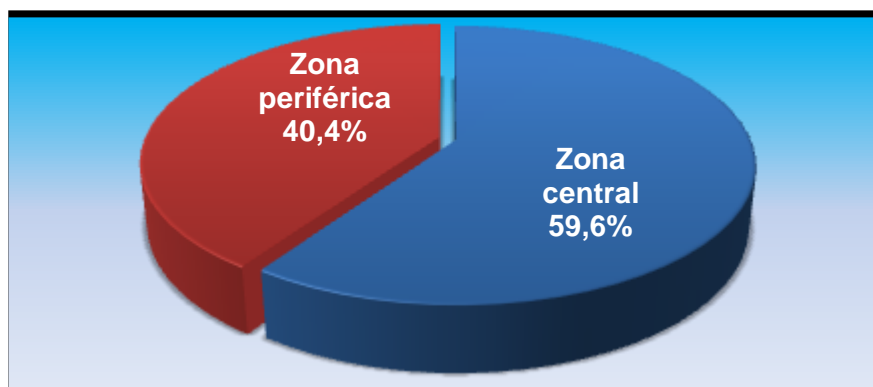
Gráfico 3 - Residência em Campo Grande



No gráfico 4, a resposta a que se destinava a conhecer a região de Campo Grande na qual residiam os participantes, se zona central (região mais ativa de uma cidade, onde se concentra a atividade comercial e financeira) ou na zona periférica (toda a área urbana que está ao redor do centro urbano). As respostas identificaram que 59,6% residem no centro da cidade e 40,4% em locais que não constituem a

região central, percentual equilibrado, considerando que os patrimônios pesquisados se concentram, majoritariamente, na zona central.

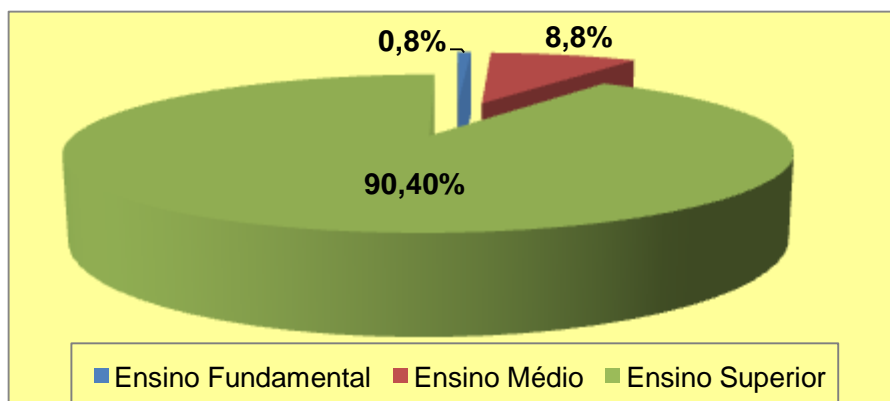
Gráfico 4 - Zona da residência



Di Meo (1995) discorre sobre a forte correspondência entre o conceito de patrimônio e de território. Para ele, ambos apresentam uma natureza material e imaterial e se inscrevem num tecido social, construído historicamente. Ambos desempenham um forte papel junto à sociedade de mediação e construção da identidade social.

A busca por qualificação profissional e conhecimento teve um aumento considerável nas últimas décadas (século XXI), abrangendo diversos tipos de pessoas e idades. De acordo com os dados apontados no gráfico 5, a maioria das pessoas que responderam ao questionário têm o grau de escolaridade com ensino superior.

Gráfico 5 - Grau de escolaridade dos respondentes



Como complemento à pesquisa e para conhecer melhor acerca do participante, perguntou-se: "Possui algum tipo de deficiência?". Em complemento, indagava-se, no caso de resposta afirmativa, sobre qual seria a deficiência, oferecendo-se as seguintes alternativas: visual, auditiva, física, intelectual ou outra. Conforme se constata pela representação do gráfico 6 e 7, a maioria não apresentou nenhum tipo de deficiência; no entanto, dentre os que possuem 60% apontaram ter deficiência física.

Gráfico 6 - Possui deficiência

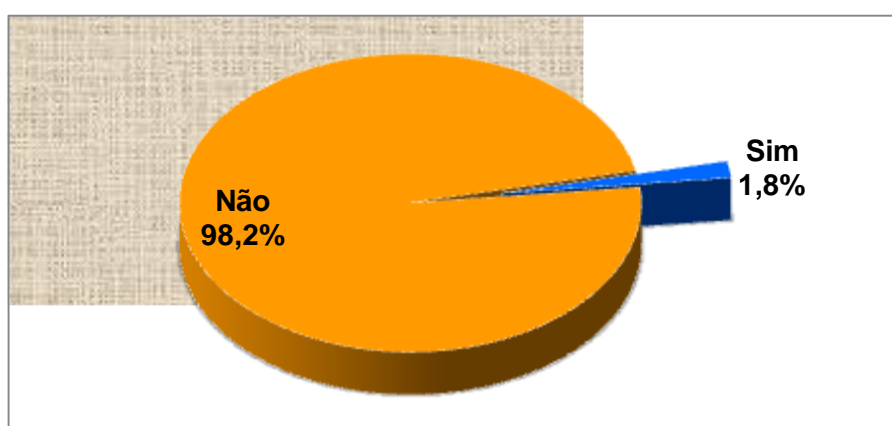
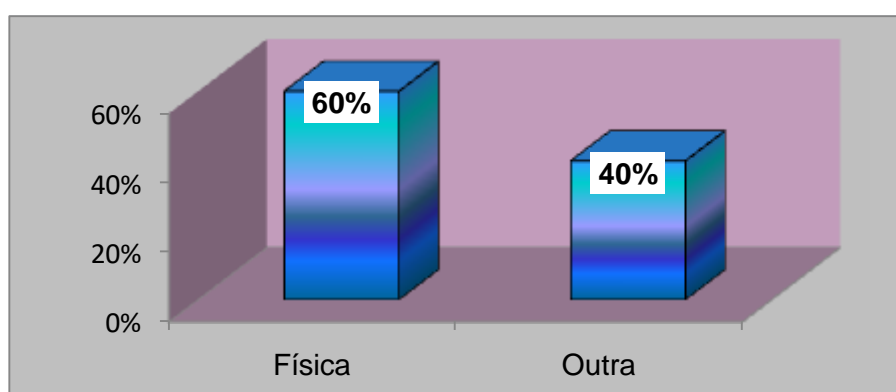


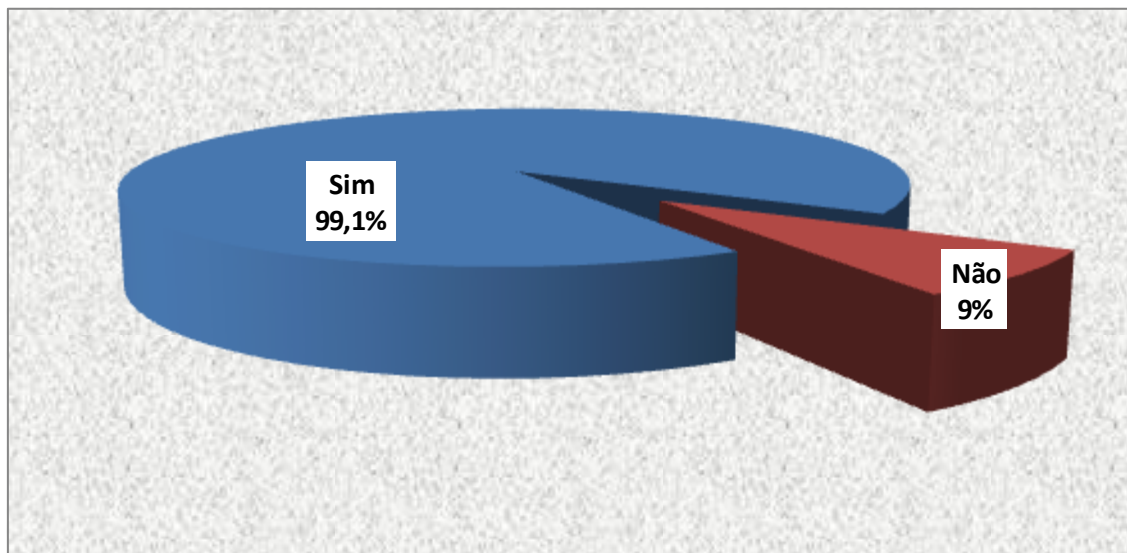
Gráfico 7 - Tipo de deficiência



Foram feitas perguntas específicas sobre patrimônios culturais de Campo Grande, visando conhecer a percepção da população com relação aos bens patrimoniais tombados na esfera estadual, existentes na capital, e, também, perguntas pertinentes à acessibilidade a esses locais.

A primeira pergunta voltada para a temática da pesquisa foi “Você sabe o que é tombamento de edificações históricas?”. Diante das respostas verificou-se que a maioria sabe o que é tombamento, conforme apontado no gráfico 8.

Gráfico 8 - O que é tombamento de edificações históricas?



A história local deve ser ensinada não apenas quando se visita um patrimônio, mas deve-se correlacionar a discussão sobre identidades, que perpassa a perspectiva de pensar a história enquanto conhecimento construído e transmitido que interfere nos processos de invenção das tradições (CAVALCANTI, 2009).

A questão seguinte indagava: "Em caso afirmativo, quais os patrimônios históricos tombados na esfera estadual de Campo Grande/MS, listados a seguir, você conhece?".

O valor histórico de um bem patrimonial, conforme aponta Lacerda (2012), afirma respeito ao passado culturalmente construído, fato que lhe atribui uma condição de herança, ou de memória social. Para esse autor, o valor histórico é dotado de importância quando é capaz de revelar uma época, seus modos de vida. Mas é preciso sempre alertar para o fato de que, mesmo que construída historicamente a partir de outras épocas, a atribuição do valor é dada pelas atuais preferências de quem vive o território no qual o bem se manifesta.

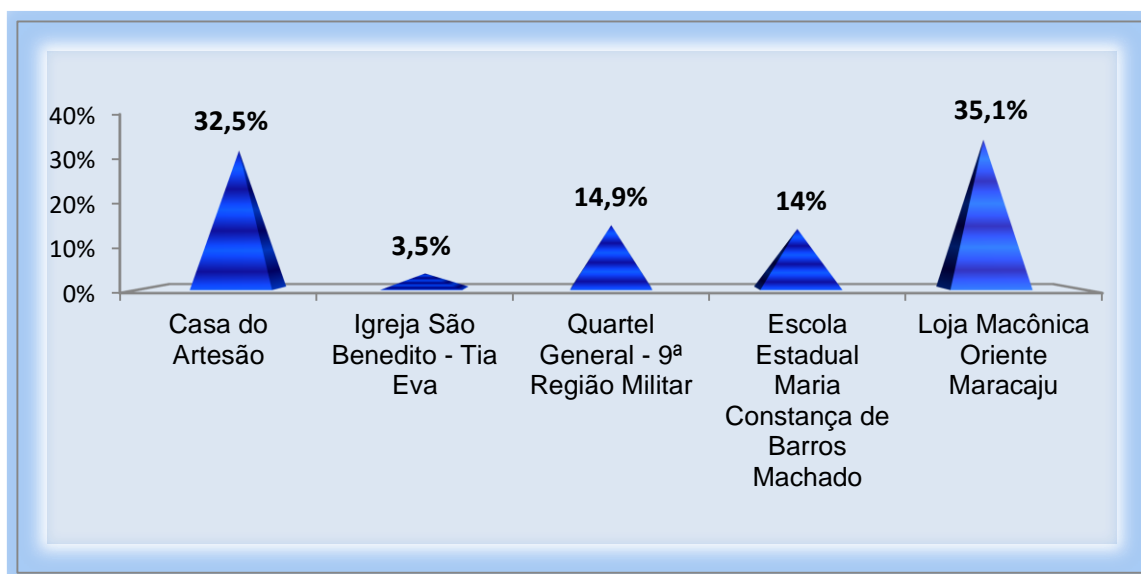
A valorização histórica do bem patrimonial está estreitamente vinculada à memória coletiva. A memória se expressa como capacidade psíquica do ser humano, segundo Le Goff (1992), que permite a conservação de certos tipos de

informação. Quando armazenadas na memória humana, as informações possibilitam recordações, tanto individuais como coletivas, capazes de revelar o modo de viver de um grupo e/ou a cultura de uma comunidade.

Por meio da vivência coletiva em um território, constrói-se historicamente a evolução e a transformação das experiências, numa história de vida em comum, impregnada dos mesmos valores culturais. Tuan (1983) considera que as pessoas podem desenvolver afetividade pelos espaços quando estes se transformam em lugares, permitindo uma real experiência espacial.

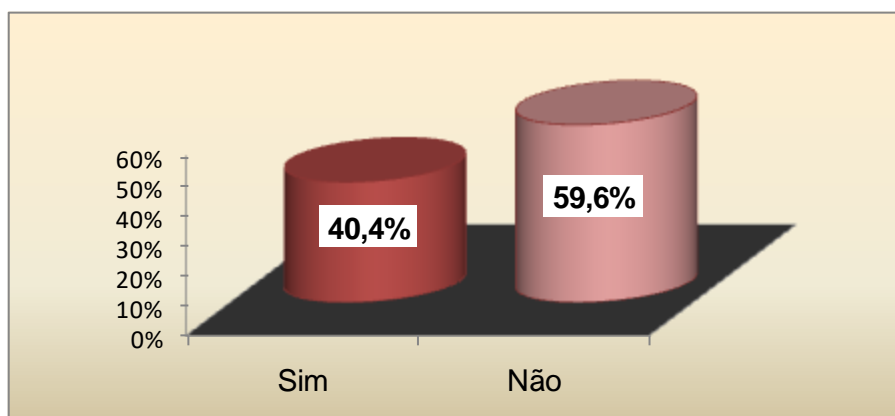
Para aprofundar ainda mais o conhecimento sobre patrimônios tombados na esfera estadual em Campo Grande, perguntou-se sobre qual das edificações listadas o participante conhecia (Gráfico 9). Conforme se pode conferir nos dados apontados no gráfico, a Casa do Artesão e a Loja Maçônica Oriente de Maracaju são os patrimônios mais conhecidos, o que sugere, por inferência, que o fato se deva à localização central dos dois edifícios.

Gráfico 9 - Patrimônio histórico tombado de Campo Grande



Em complementação à mesma questão, perguntou-se se as edificações apontadas como conhecidas possuem acessibilidade (Gráfico 10). Tal pergunta se mostra pertinente para que se verifique o interesse dos visitantes por aspectos referentes ao acesso universal.

Gráfico 10 - Existência de acessibilidade nos patrimônios históricos conhecidos



Como base no resultado demonstrado, verifica-se que o zelo pela acessibilidade, nos locais em referência, ainda é insuficiente, haja vista que mais da metade dos participantes (59,6%) reconhece que os dois patrimônios em destaque não oferecem acesso a pessoas com deficiências, sobretudo de mobilidade.

Além de toda a legislação internacional, fortalecida pela Convenção Internacional das Nações Unidas sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, de 2009, que protege e garante o acesso das pessoas com deficiência aos diferentes aspectos da vida em comunidade, o Brasil também possui leis avançadas, referentes à acessibilidade e ao desenho universal. Apesar disso, com relação às edificações tombadas pelo Patrimônio Histórico, ainda se experimenta um processo bastante embrionário para garantir que estas leis sejam cumpridas.

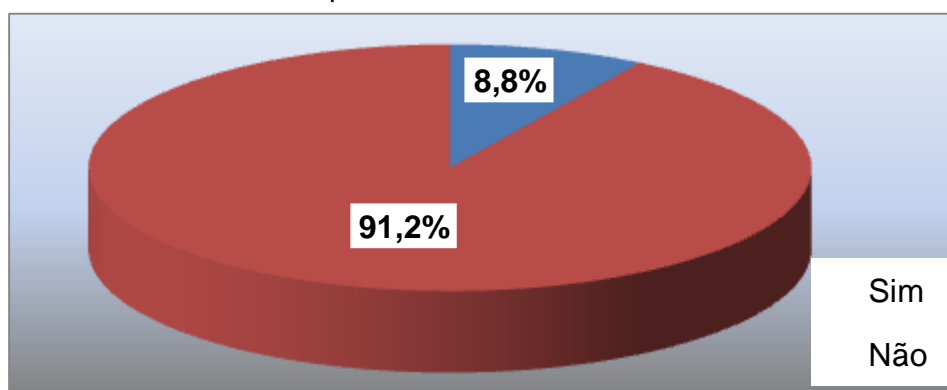
Segundo Magnani (2007), a vida ainda pulsa nesses lugares; preservar um patrimônio também significa assumir e selecionar critérios universais que possam ser compartilhados por pessoas com deficiência no usufruto igualitário desses bens culturais.

O acesso cidadão aos bens culturais não se dá de modo natural. Trata-se de conquista, que se faz com lutas e enfrentamentos renovados. Mesmo nas sociedades em que o direito legal de acesso está garantido, a transformação desse direito em prática social cidadã, em realidade cotidianamente vivida, exige embates e enfrentamentos sistemáticos.

Além de se abordar sobre acessibilidade e patrimônio, houve a preocupação de saber se as pessoas que responderam ao questionário entendiam que acessibilidade é um tema exclusivo das pessoas com deficiência (Gráfico 11). O que

se prevê, é que qualquer um está sujeito, em algum momento de sua vida, a enfrentar dificuldades para a realização de atividades devido a acidentes, doenças ou, simplesmente, pelo processo natural de envelhecimento.

Gráfico 11 - Entende a acessibilidade com um tema exclusivo das pessoas com deficiência



No caso de pessoas com deficiências, as dificuldades são permanentes e, muitas vezes, intransponíveis, afetando suas condições de independência e acesso à cidadania. Deve-se ainda considerar que elementos que passam despercebidos para a maioria das pessoas, por exemplo, um degrau de apenas dez centímetros de altura numa calçada ou um interfone, podem impedir o deslocamento de uma pessoa em cadeira de rodas e barrar o acesso de uma pessoa surda a um edifício.

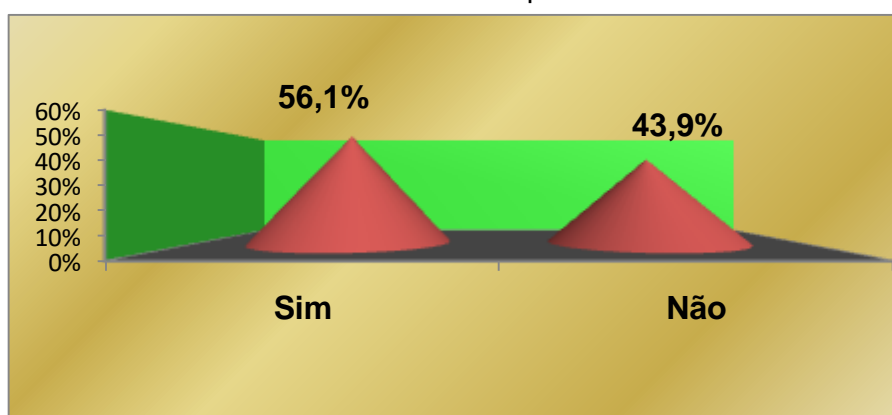
O artigo 5º da Constituição Federal Brasileira é um marco, na sociedade brasileira, e trata dos direitos e garantias do cidadão. Estabelece o que se convencionou chamar de 'direito de ir e vir' de todos os cidadãos brasileiros. Significa afirmar que qualquer pessoa, livre ou não de deficiência ou mobilidade reduzida, deve ter o direito de poder chegar facilmente a qualquer lugar. A liberdade referida, neste caso, é aquela que possibilitaria o caminhar pelos passeios públicos sem se deparar com desníveis, buracos, inexistência de ligação entre ruas e calçadas, rampas fora dos padrões, lixeiras, pontos de ônibus, bancas de jornal, bueiros destampados, ambulantes e pisos escorregadios.

Ribeiro (2008) conclui que os direitos de ir e vir de pessoas com restrição de mobilidade ainda são tolhidos por ambientes que desconsideram a variedade de características, habilidades e limitações dos usuários. O autor menciona, também, a carência de estudos que tratem essa interação.

Pessoas com restrições devem ser capazes de chegar aos imóveis tombados pelo patrimônio histórico, adentrá-los com facilidade como qualquer outra pessoa.

O gráfico 12 representa os dados revelados nas respostas à pergunta sobre calçadas no espaço urbano, se dificultam a acessibilidade do pedestre. As respostas apontam que, apesar do aparente equilíbrio entre as proposições SIM (56%) e NÃO (43%), há predominância em se reconhecer que as calçadas, tal como estão dispostas e construídas nos espaços urbanos, dificultam a acessibilidade.

Gráfico 12 - Condições das calçadas no espaço urbano dificultam a acessibilidade do pedestre



No questionário também foram inseridas questões abertas, para que os participantes pudessem discorrer a respeito de falhas mais comuns que encontram, em relação à acessibilidade, nos espaços culturais por eles visitados. A maioria das respostas aponta as escadas, como ponto agravante na acessibilidade, com falta de rampas adequadas às edificações tombadas.

De acordo com a NBR 9050 - 6.1.1.2: A rota acessível é um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos e internos de espaços e edificações, e que pode ser utilizada de forma autônoma e segura por todas as pessoas. A rota acessível externa incorpora estacionamentos, calçadas, faixas de travessias de pedestres (elevadas ou não), rampas, escadas, passarelas e outros elementos da circulação. A rota acessível interna incorpora corredores, pisos, rampas, escadas, elevadores e outros elementos da circulação.

A última questão trazia a seguinte pergunta: em quais aspectos as edificações dos patrimônios culturais ainda podem melhorar para se tornarem ambientes mais inclusivos? Como seria de se esperar, as respostas foram as mais diversas possíveis; apontaram o planejamento e adequação dos espaços, sinalização

apropriada, rampas de acessibilidade, elevadores onde não houver possibilidade de construir rampas, bem como a manutenção de todos esses itens.

Finalmente, de uma maneira geral, as respostas ao questionário aplicado aos usuários e agentes sugerem que existe, em Campo Grande/MS um interesse pelo desenvolvimento local, na medida em que se percebeu preocupação e sensibilização das pessoas em relação à questão de acesso aos bens culturais e artísticos e à valorização dos patrimônios histórico culturais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As intervenções realizadas em patrimônios culturais tombados visando a acessibilidade não podem chegar a ponto de causar descaracterização ao testemunho histórico que a proteção do bem cultural visa garantir. É preciso lembrar que as próprias barreiras arquitetônicas são resultados de um processo de ocupação do espaço em um momento histórico no qual a acessibilidade e inclusão não eram valores fundamentais da sociedade.

Os projetos de acessibilidade em bens culturais imóveis devem resultar de uma abordagem global, prevendo intervenções que garantam, às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzidas, a possibilidade de acesso ao interior do imóvel, orientação espacial, comunicação, deslocamento e uso.

Verificou-se, no decorrer da pesquisa, que ainda não existe uma real preocupação com a garantia do acesso de todos às edificações históricas tombadas em Campo Grande/MS.

Somente o antigo prédio do Quartel General da 9ª Região Militar contemplou uma reforma recente que revela a preocupação em atender pessoas com deficiências, conforme apresentado na parte 3 deste trabalho; as outras quatro edificações pesquisadas ainda não passaram por qualquer adequação de acesso universal.

Em algumas edificações tombadas, torna-se difícil encontrar solução que garanta a acessibilidade sem ferir as características arquitetônicas essenciais a serem preservadas, tal como a colocação de rampa no acesso principal, como nos casos apresentados da Casa do Artesão e da Igreja São Benedito.

Considerando essa complexidade, é pertinente que se pondere a possibilidade, sempre, de se empreenderem alterações que, mesmo sem resolver totalmente o problema, podem amenizar ou diminuir as dificuldades existentes.

Existem também problemas de acessibilidade espacial cuja solução não está ainda prevista nas leis e normas existentes, o que sugere uma necessidade de atualização e detalhamento constante da legislação.

A pesquisa procurou investigar, junto à população campo-grandense, se esta conhece as edificações tombadas na esfera estadual classificados como Patrimônio

Histórico, a acessibilidade que oferecem (ou não), o uso e importância desses locais.

Com algumas pontuações nas respostas ao questionário, pode-se identificar o interesse das pessoas por soluções para as dificuldades apontadas, referentes à das edificações pesquisadas, o que representa um conjunto de boas ideias colocadas com o intuito de atender, simultaneamente, as diferentes necessidades das pessoas com deficiência e facilitar a vida de todos.

Os problemas colocados podem sugerir possíveis mudanças desejadas pela comunidade. Nesse sentido, a sociedade parece reativar suas perspectivas com interesse comum, promovendo a conscientização da população em relação à importância de garantir às pessoas com deficiência o acesso aos bens culturais. Sob o enfoque do desenvolvimento local, destaca-se a retomada do sentimento de pertença da população de Campo Grande da sua própria história e seu patrimônio cultural.

A eliminação de barreiras físicas e sociais dos espaços e serviços destinados à fruição do patrimônio cultural é fundamental para que as pessoas em desvantagem tenham acesso a esses bens.

Para finalizar, é importante reconhecer que a eliminação de barreiras e a solução dos problemas de acessibilidade dependem de diferentes expedientes: projeto, execução e fiscalização, além de exigirem a respectiva capacitação profissional. Os profissionais responsáveis pelo projeto devem saber identificar os problemas existentes e desenvolver soluções técnicas adequadas. As ações de fiscalização, com base no conhecimento detalhado da legislação, devem ser capazes de avaliar a adequação das soluções a serem implementadas.

Este estudo reforça a necessidade de que um Patrimônio Histórico seja acessível a todos os indivíduos, independentemente de suas condições físicas, a fim de que, revestidos desse direito, como cidadãos, usufruam dos legados culturais, históricos, artísticos disponíveis nas localidades em que vivem.

Ressalte-se, para concluir, a importância de as instituições assumirem seu papel de responsabilidade no que concerne à exigência de cumprimento da legislação em vigor, respeitando a diversidade, os valores e identidade de cada cultura.

REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. NBR 9050:2015 148 (2015).

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ARRUDA, A. M. V. A difusão da arquitetura moderna brasileira em Campo Grande. **Ensaio e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde**, v. 4, n. 3, 2000.

_____. **Pioneiros da arquitetura e da construção em Campo Grande**. Campo Grande/MS: Uniderp, 2002.

ÁVILA, Vicente F de. **Cultura e subdesenvolvimento e desenvolvimento local**. Sobral: UVA, 2006.

_____. **Formação educacional em desenvolvimento local**: relato de estudo em grupo e análise de conceitos. Campo Grande: UCDB, 2001.

_____. **Educação escolar e desenvolvimento local: realidade e abstrações no currículo**. Brasília: Plano Editora, 2003.

BINS ELY, V. H. M. Acessibilidade Espacial – condição necessária para o projeto de ambientes inclusivos. In: MORAES, A. (org.). **Ergodesign do Ambiente Construído Habitado**: Ambiente urbano, Ambiente Público, Ambiente Laboral. Rio de Janeiro: iUsEr, 2004.

BONEMAISON, J. Viagem em torno do Território. In ROSENDHAL, Zeny; CORRÊA Roberto Lobato (Orgs.) **Geografia cultural**. 3. ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

BRAND, A. Desenvolvimento Local em comunidades indígenas no Mato Grosso do Sul: a construção de alternativas. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 1, n. 2, p. 59-68, Mar., 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>.

Acesso em 12 de março de 2008.

_____. Ministério da Cultura. Programa Monumenta. **Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais**: norte, nordeste e centro-oeste. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005.

BRAZ, M. G.; OLIVEIRA, O. Territorialidades religiosas e devoção privada em Irati, PR. **Interações** - Revista Internacional do Desenvolvimento Local. Campo Grande, v. 14, n. 1. p. 107-112, 2013.

CAMBIAGHI, S. S. Desenho universal no patrimônio cultural tombado: aplicações e desafios. In: CARDOSO, E.; CUTY, J. Org(s). **Acessibilidade em ambientes culturais**. Porto Alegre: Marca Visual, 2012a. p.80-91.

CAMBIAGHI, S. S. **Desenho Universal**: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas. 3. ed. revisada. São Paulo: SENAC, 2012b.

CASTELLS; M. -1942. **O poder da Identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 6ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999 (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.2).

CASTILHO, M. A. **Patrimônio cultural no contexto de territorialidades**. XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal-RN, 22 a 26 de julho de 2013. ANPUH. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1374609209_ARQUIVO_ArtigoMaugustaGT126127.pdf>. Acesso em: 17 nov 2016.

CASTILHO, M. A.; SANTOS, M. C. L. **Rota do Trem do Pantanal**. Campo Grande: Life, 2012.

_____. **Catálogo Patrimônio Histórico e Cultural de MS**. Campo Grande - MS: Life editora, 2016.

CAVALCANTI, L. A. **A história local no currículo da educação básica**.

Disponível em:

<http://www.bdt.d.ufpe.br/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4237>. Acesso em: 6 abr. 2009.

CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade—UNESP, 2006.

COHEN, R.; DUARTE, C. R. S.; BRASILEIRO, A. B. H. **Acessibilidade a Museus**. Ministério da Cultura/ Instituto Brasileiro de Museus. Brasília, DF:MinC/Ibram, 2012 b. 190p. (Cadernos Museológicos Vol.2).

DI MEO, G. Géographies tranquilles du quotidien. **Cahiers de Géographiedu Québec** Volume 43, nº 8, avril 1999. Pages 75-93.

DISCHINGER, M.; BINS ELY, V. H. M.; PIARDI, S. M. D. G. **Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos**: Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público. Florianópolis: MPSC, 2012.

DUARTE, C. R. S.; COHEN, R. Desenvolvimento de Metodologia para Confecção de um Guia do Rio de Janeiro Acessível. In: **Anais II Seminário Internacional Visões Contemporâneas**, 2004.

_____. **Estratégias para a Inclusão de Pessoas Portadoras de Deficiência nos Espaços de Ensino e Pesquisa.** Relatório de Pesquisa Cientistas do Nosso Estado, FAPERJ, 2004.

ELIZALDE, A. Desarrollo a escala humana: conceptos y experiencias. **Interações** - Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Campo Grande: UCDB, v. 1, n. 1, p.51-62, set. 2000.

FCMS - Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <http://www.infopatrimonio.org/?cat=56#!/map=38329&loc=-20.77666929130306,-56.1104650000000>

FCP – Fundação Cultural Palmares. Comunidade Quilombola Tia Eva é indicada para receber o prêmio Darcy Ribeiro pela CEC - Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=3606> – Acesso: 05 Mar 2018.

FERREIRA, L. A. M. **Acessibilidade:** Pessoa com Deficiência e Imóveis Adaptados. Disponível em: http://www.ampid.org.br/Artigos/Imoveis_Adaptados_Luiz_Antonio_Ferreira.php Acesso em: 29 ago. 2017.

FLORISSI, S.; VALIATI, L. **Construção de lugares de consumo e práticas culturais.** In: CRIBARI, I. (Org.). Economia da cultura. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Massangana, 2009.
<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/acessibilidade-0> (BRASIL 2014)

FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em Processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; MinC – Iphan, 2005.

FUNDAC – Fundação de Cultura. Disponível em: <http://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/casa-do-artesao/>. Acesso em: 29 out. 2017.

GARCIA, A. C.; CASTILHO, M. A.; SALINEIRO, W. A. P. A Casa do Artesão: arquitetura, artesanato e cultura. **Revista CCCSS-Contribuciones a las Ciencias Sociales.** Abril de 2018. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/cccss/2018/04/arquitetura-artesanato-cultura.html>. Acesso em: 14 maio 2018.

GUIMARÃES, M. P. Mesa Redonda – Acessibilidade: Diretriz para a Inclusão - VCI. Belo Horizonte, 2002. IEPHA. **Lei nº11666/1994.** Estabelece normas para facilitar o acesso dos portadores de deficiência física aos edifícios de uso público.

HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: **Anais do I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades**, 2004. Porto Alegre: Programa de Pósgraduação em Geografia da UFRGS. Disponível em: http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogerio_HAESBAERT.pdf. Acesso em: 13 jul. 2017.

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL.
Patrimônio Cultural. [s.d]. Disponível em:<<http://portal.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 26 dez.2017.

JARA, C. J. **Capital social**: Construindo redes de confiança e solidariedade. Quito: NEAD, 1999.

LACERDA, N. Valores dos bens patrimoniais. In: LACERDA, N.; ZANCHETI, S. M. (Orgs.). **Plano de gestão da conservação**: gestão e métodos. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada. 2012. p. 45-57.

LANDEL, P. A.; SENIL, N. **Patrimoine et territoire, les nouvelles ressources du développement**. In: développementdurableetterritoires [Enligne], Dossier 12 | 2009

LE BOURLEGAT, C. A. **Construção humana de espaço, lugar e território**. Material utilizado na Disciplina Territorialidade e Dinâmicas Socioambientais, anotações de aula. Universidade Católica Dom Bosco. Programa de Pós-graduação em desenvolvimento local. Mestrado Acadêmico. Campo Grande, fevereiro de 2006

LE GOOF, J. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas: UNICAMP, 1992.

LEMOS, C. A. C. **Arquitetura brasileira**. São Paulo-SP: Melhoramentos,1979.

LIRA, F. B. **Patrimônio Cultural e Autenticidade**: Montagem de um Sistema de Indicadores para o Monitoramento. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano). Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Recife, 2009.

LOPES, I.X. **Loja Oriente Maracaju**. Em 26.12.2010 - Disponível em: <https://www.msma.com.br/modules/historia/item.php?itemid=68> – Acesso em: 18 fev.2018.

MACHADO, P. C. **A Grande Avenida**. Campo Grande: PMCG/Funesp/UBE, 2000.

MAGNANI, J. G. C. Santana do Parnaíba: memória e cotidiano. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. S.; SANTOS, M. S. (Org.). **Museus, Coleções e Patrimônios**: narrativas polifônicas. Rio de Janeiro: Garamond, MINC/ IPHAN /DEMU, 2007.

MARQUES, H. R. **Desarrollo local em la escala humana**: uma exigência del siglo XXI. Campo Grande: Mundial, 2013.

MARQUES, R. M. C **Trilogia do patrimônio histórico e cultural sul-mato-grossense**. Campo Grande/MS: UFMS, 2007.

MARTÍN, J.C. **Los retos por una sociedad a escala humana: el desarrollo local**. In: SOUZA, M.A. Metrópole e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo. São Paulo: CEDESP, 1999. p. 169-177.

MARTINS, C. **Patrimônio Cultural e Identidade: significado e sentido do lugar turístico**. In: MARTINS, C. (org.). *Patrimônio cultural: da memória ao sentido do lugar*. São Paulo: Roca, 2006.

MARTINS, S. R. O. **Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas**. Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande, MS, v. 3, n. 5, p. 51-9, set. 2002.

MATOS, E.; KASHIMOTO, E. Manifestações religiosas, turismo e perspectivas de desenvolvimento na comunidade São Benedito - Campo Grande - MS. **Cesur em revista**, Rondonópolis: Centro de Ensino Superior de Rondonópolis, v 3, n 1, 2003.

MUSEU DA COMUNIDADE CONCELHIA DA BATALHA. Soluções Inclusivas. 2011. Disponível em: <http://www.museubatalha.com/recursos-de-acessibilidade-solucoes-inclusivas>. Acesso em: 23 abr. 2017.

OLIVEIRA, Bruno Couto de; VALENTIM, Luzimar; SERRA, ALMEIDA, Simone dos Santos. **Considerações sobre a proteção ao Patrimônio Histórico no Brasil**. Disponível em <http://www.webartigos.com/articles/8574/1/consideracoes-sobre-a-protecao-ao-patrimonio-historico-no-brasil/pagina1.html>. Acesso em: 20.jan.2018.

OLIVEIRA, P. S. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Ática, 2010.

PLANURB - Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano – Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/planurb/>

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, G. S. **Proposta de procedimentos metodológicos para avaliação da acessibilidade física em sítios históricos urbanos**. 2008. Dissertação (Mestrado em Design). Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Design, Recife, 2008.

SANTOS FILHO, G. M. Construindo um itinerário histórico do desenho universal: a normatização nacional e internacional da acessibilidade. In: PRADO, A. R. A.; LOPES, M. E.; ORNSTEIN, S. W. (Org.). **Desenho Universal: caminhos da acessibilidade no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Annablume Editora, Comunicação Ltda, 2010. p. 35-44.

SANTOS, M. **1926-2001 - A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. (Coleção Milton Santos 1).

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma geografia Crítica**. 6. ed. São Paulo: USP, 2004. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/Por%20uma%20geografia%20nova%20-.pdf>. Acesso em: 12 out 2016.

_____. **Por uma Outra Globalização: Do Pensamento Único à Consciência**
Universal Rio de Janeiro, 3ªed, Ed. Record, 2007, 174p.

SEAERJ - Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro.
Disponível em: <https://seaerj.org.br/2018/03/22/a-nbr-9050-acessibilidade-agora-lei/>

SNPD - Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
Acessibilidade. Brasília, DF. Disponível em:
<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/acessibilidade-0>. Acesso em: 12 ago.
2018.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In:
CASTRO, I. E. et al. (Orgs.). **Geografia** - conceitos e temas. Rio de Janeiro:
Bertrand Brasil, 1995.

_____. **Desenvolvimento de comunidade e participação.** 7. ed. São Paulo:
Cortez, 2000.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio
ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: A Perspectiva de Experiência.** São Paulo: Difel,
1983.

UNESCO. **Políticas culturais para o desenvolvimento:** uma base de dados para a
cultura. Brasília: UNESCO Brasil, 2003, p. 236.

APÊNDICE A - Questionário On-Line

Pesquisa DL

Você está sendo convidado(a) para participar de uma pesquisa intitulada "ACESSIBILIDADE AS EDIFICAÇÕES DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL TOMBADO NA ESFERA ESTADUAL EM CAMPO GRANDE MS", sendo a pesquisadora responsável WALDETE ALVES DE PAULA SALINEIRO (e-mail: waldete.salineiro@hotmail.com), mestranda do Programa De Pós-Graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado / Doutorado, pela Universidade Católica Dom Bosco, sob a orientação da Professora Doutora MARIA AUGUSTA DE CASTILHO (e-mail: m.a.castilho@terra.com.br).

A finalidade da pesquisa referente a acessibilidade ao Patrimônio Cultural Tombado tem a intenção de evidenciar a reabilitação, integração e a inclusão de pessoas com diferentes características na sociedade. Criando assim oportunidades iguais para toda a população e uma participação equitativa na melhoria das condições de vida resultante do desenvolvimento social e econômico.

*Obrigatório

1. Endereço de e-mail *

Acessibilidade às edificações do patrimônio histórico cultural tombado na esfera estadual em Campo Grande - MS

2. 1. Idade *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 15 - 30 anos
☐ 30 - 50 anos
☐ acima de 50 anos

3. 2. Atividade/profissão: *

4. 3. Mora na: *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Zona Central
☐ Zona periférica

5. 4. Local de procedência *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Campo Grande - MS
☐ De outros municípios de MS
☐ Outros Estados da Federação

6. 5. Reside em Campo Grande/MS? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ sim
☐ não

10/09/2018

Pesquisa DL

7. 6. Qual seu grau de escolaridade? **Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Ensino Fundamental
- ☐ Ensino Médio
- ☐ Superior

8. 7. Você possui algum tipo de deficiência?*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ sim
- ☐ não

9. 8. Em caso afirmativo. Qual?*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Visual
- ☐ Auditiva
- ☐ Física
- ☐ Intelectual
- ☐ Outra

10. 9. Você sabe o que é tombamento de edificações históricas? **Marcar apenas uma oval.*

- ☐ sim
- ☐ não

10/09/2018

Pesquisa DL

11. 10. Em caso afirmativo, quais os patrimônios históricos tombados de Campo Grande/MS listados abaixo que você conhece? *

Marcar apenas uma oval.



☐ Casa do Artesão



☐ Igreja São Benedito - Tia Eva



☐ Quartel General da 9a Região Militar

10/09/2018

Pesquisa DL



☐ Escola Estadual Maria Constança de Barros Machado



☐ Loja Maçônica Oriente Maracaju

12. 11. Dos patrimônios históricos que você conhece algum deles possui acessibilidade aos visitantes? *

Marcar apenas uma oval.

☐ sim
☐ não

13. 12. Você acha que a acessibilidade é um tema exclusivo das pessoas com deficiência? *

Marcar apenas uma oval.

☐ sim
☐ não

14. 13. Quais os erros mais comuns em espaços culturais que você já visitou no que tange à acessibilidade? *

10/09/2018

Pesquisa DL

15. 14. As condições das calçadas no espaço urbano auxiliam ou dificultam a acessibilidade do pedestre? *

Marcar apenas uma oval.

☐ sim

☐ não

16. 15. No seu entendimento, em quais aspectos as edificações dos patrimônios culturais ainda podem melhorar para se tornarem ambientes mais inclusivos? *

☐ Envie para mim uma cópia das minhas respostas.

Powered by
 Google Forms

ANEXO A - Plataforma Brasil

UNIVERSIDADE CATÓLICA
DOM BOSCO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ACESSIBILIDADE AS EDIFICAÇÕES DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL

Pesquisador: WALDETE ALVES DE PAULA SALINEIRO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 90338618.7.0000.5162

Instituição Proponente: Universidade Católica Dom Bosco

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.797.685

Apresentação do Projeto:

Está bem elaborado

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a acessibilidade do Patrimônio Cultural de Campo Grande MS que por sua vez trata das dificuldades de se intervir no ambiente construído.

Com base no exposto, pretende-se discutir como a acessibilidade física pode atuar como agente de preservação em ambientes reconhecidos como

Patrimônio Histórico Cultural, por oportunizar acesso, uso e apropriação cultural a mais pessoas, aumentando o interesse de maior parcela da população em também conservá-los.

Objetivo Secundário:

- Identificar se há ou não acesso universal ao visitar um Patrimônio Cultural Tombado em Campo Grande MS.
- Diagnosticar as possibilidades de acesso.
- Sugerir propostas para facilitar o acesso universal.
- Proposição da comunidade junto ao poder público para garantir a acessibilidade aos Patrimônios Culturais Tombados de Campo Grande M

Endereço: Av. Tamandaré, 6000

Bairro: Jardim Seminário

CEP: 79.117-900

UF: MS

Município: CAMPO GRANDE

Telefone: (67)3312-3723

E-mail: cep@ucdb.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA
DOM BOSCO



Continuação do Parecer: 2.797.685

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Não há riscos, os benefícios são difusos por tratar-se de questões culturais

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

É relevante em termos culturais

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Atende às exigências

Recomendações:

Não há

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto havia entrado em diligência e as alegações apresentadas foram atendidas

Considerações Finais a critério do CEP:

O colegiado acompanha o parecer do relator

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1122319.pdf	29/06/2018 17:45:47		Aceito
Outros	Formulario.doc	29/06/2018 17:35:10	WALDETE ALVES DE PAULA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.doc	24/05/2018 22:08:34	WALDETE ALVES DE PAULA SALINEIRO	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	22/05/2018 17:35:42	WALDETE ALVES DE PAULA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	22/05/2018 17:34:12	WALDETE ALVES DE PAULA SALINEIRO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Tamarandé, 6000

Bairro: Jardim Seminário

CEP: 79.117-900

UF: MS

Município: CAMPO GRANDE

Telefone: (67)3312-3723

E-mail: cep@ucdb.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA
DOM BOSCO



Continuação do Parecer: 2.797.685

CAMPO GRANDE, 02 de Agosto de 2018

Assinado por:
Jacir Alfonso Zanatta
(Coordenador)

Endereço: Av. Tamararé, 6000

Bairro: Jardim Seminário

CEP: 79.117-900

UF: MS

Município: CAMPO GRANDE

Telefone: (67)3312-3723

E-mail: cep@ucdb.br

